



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGeo
ANÁLISE URBANO-REGIONAL

ALINE BASTOS MENDES

**DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA NA PESCA ARTESANAL: UM
ESTUDO NA ILHA DOS MARINHEIROS, RIO GRANDE/RS.**

Rio Grande

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGeo
ANÁLISE URBANO-REGIONAL

Aline Bastos Mendes

**DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA NA PESCA ARTESANAL:
UM ESTUDO NA ILHA DOS MARINHEIROS, RIO
GRANDE/RS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGGeo da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profº Drº César Augusto Ávila Martins.

Rio Grande/RS, 2019.

Ficha catalográfica

M538d Mendes, Aline Bastos.

Diversificação de renda na pesca artesanal : um estudo na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS / Aline Bastos Mendes. – 2019.
107 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande/RS, 2019.

Orientador: Dr. César Augusto Ávila Martins.

1. Pesca artesanal 2. Ilha dos Marinheiros 3. Unidade Econômica de Base Familiar (UEBF) I. Martins, César Augusto Ávila II. Título.

CDU 639.2(816.5RG)

ALINE BASTOS MENDES

**DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA NA PESCA ARTESANAL: UM
ESTUDO NA ILHA DOS MARINHEIROS, RIO GRANDE/RS.**

Dissertação de Mestrado

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Professor Dr. Clécio Azevedo da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Dr. Cassius Rocha de Oliveira (Suplente)

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande, 2019.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos pescadores que puderam compartilhar comigo suas histórias de vida e me ensinar um pouco sobre a arte de ser pescador.

Agradeço a Capes por ter me concedido bolsa nesses 24 meses, proporcionando a realização dessa pesquisa. À Universidade Federal do Rio Grande - FURG, que me acolhe por tanto tempo, e ao Núcleo de Análises Urbanas – NAU, que me recebeu sem distinções.

Meus colegas de laboratório, em especial, Diego e Maristel, sempre no NAU, reunidos para risadas, organizando eventos e dividindo anseios e expectativas do futuro. Aos professores do Programa, especialmente a Professora Leda: suas aulas me faziam acordar cedo e animada. A Professora Simone, sempre presente para resolver nossos problemas e companheira de jornada para melhorar, cada vez mais, nossa Pós-Graduação.

Ao meu orientador, Professor César, incansável, presente, conselheiro; que me ensinou (além do trabalho e orientação) a integridade do servidor público e a importância de ser um professor exemplar.

Aos meus familiares que me ajudaram, de uma forma ou de outra, mas especialmente minha querida irmã Virgínia, que provavelmente acredita mais em mim do que eu mesma.

Ao meu amor e toda família que veio *de brinde!* Sem nossos diálogos, nossa troca tão singular e recíproca, nossas jornadas cinematográficas entre DC, Marvel e dramas clichês, sei que esses meses (principalmente os prorrogados) teriam sido muito mais cruéis. Dionathan, obrigada!

Agradeço imensamente aos nossos antepassados que ousaram se erguer sobre dois pés. Forçar o cérebro. Usar o polegar. Utilizar instrumentos e... pensar!

Que o pensamento seja sempre o nosso começo, o nosso legado e o nosso fim.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender as estratégias para a diversificação de renda que compõe a economia das famílias de pescadores residentes na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS. As diversas atividades econômicas ocorrem atualmente e envolvem todos os membros familiares na chamada Unidade Econômica de Base Familiar (UEBF). Para isso são analisados os agentes internos, ou seja, as estratégias econômicas próprias da UEBF e os agentes externos, marcados pela figura do Estado através da existência de políticas públicas no setor. A combinação dos dois elementos é capaz de evidenciar uma nova estrutura na organização da pesca artesanal estuarina no Rio Grande do Sul, proporcionando a inclusão tardia dos dependentes familiares enquanto força de trabalho nos moldes da pequena produção mercantil. A diversidade das atividades econômicas pode ser percebida em diversos grupos de pescadores artesanais através de uma bibliografia ainda incipiente sobre o tema.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Ilha dos Marinheiros. Unidade Econômica de Base Familiar.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the strategies for income diversification that make up the economy of the families of fishermen living in the Island of Marinheiros - Rio Grande / RS. The various economic activities currently take place and involve all family members in the so-called Family-Based Economic Unit (UEBF). In order to do so, the internal agents are analyzed, ie the economic strategies of the UEBF and the external agents, marked by the figure of the State through the existence of public policies in the sector. The combination of the two elements is capable of evidencing a new structure in the estuarine artisanal fishing organization in Rio Grande do Sul, providing the late inclusion of family dependents as a work force in the form of small mercantile production. The diversity of economic activities can be perceived in several groups of artisanal fishermen through a still incipient bibliography on the subject.

Key Words: Artesanal fishing. Ilha dos Marinheiros. Family-Based Economic Unit.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Total de captura de pescado (t) no município de Rio Grande entre 1992 e 1996.....	33
Tabela 2.	População residente na Ilha dos Marinheiros.....	39
Tabela 3.	Número aproximado de pescadores na área de estudo.....	41
Tabela 4.	Principais espécies capturadas, seus ciclos de vida e o valor da primeira comercialização.....	54
Tabela 5.	Características das UEBF na Ilha dos Marinheiros.....	79
Tabela 6.	Estrutura do domicílio do Seu G*, pescador aposentado residente nas Bandeirinhas.....	88
Tabela 7.	Estrutura do domicílio da Pescadora M*, estudante e residente nas Bandeirinhas.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Ilha dos Marinheiros no Estuário da Lagoa dos Patos.....	37
Figura 2. Imagem de satélite exibe o solo cultivado na Ilha dos Marinheiros, na área correspondente a Marambaia.....	40
Figura 3. Distribuição e localização das áreas de atividades produtivas na Ilha dos Marinheiros.....	66
Figura 4. Balão de palavras formulado a partir das entrevistas.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Datas importantes para o setor pesqueiro.....	23
------------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Pesca extrativa no Rio Grande do Sul entre 1950 e 2010.....	32
Gráfico 2.	Gráficos em pizza das principais espécies capturadas por mês na Ilha dos Marinheiros.....	85

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.	Trabalhadoras da Pescal no ano 1990, trabalhando no setor de embalagem dos produtos.....	32
Imagem 2.	Estrutura para criação de camarões da Estação Marinha de Aquacultura – EMA, Balneário Cassino - Rio Grande/RS.....	35
Imagem 3.	Redes de saquinho suspensas durante o dia em frente à localidade das Bandeirinhas (Ilha dos Marinheiros).....	42
Imagem 4.	Ilustração da “roseira” feita por pescador.....	42
Imagem 5.	Imagens obtidas a partir da reportagem da RBStv sobre a construção da ponte da Ilha dos Marinheiros.....	43
Imagem 6.	Antiga balsa entre a Ilha dos Marinheiros e a Ilha do Leonídeo.....	44
Imagem 7.	Apreensão de redes e crustáceos na Ilha dos Marinheiros.....	45
Imagem 8.	Pescador fazendo a manutenção da tarrafa.....	46
Imagem 9.	Esquema de um segmento de rede de emalhe e redes sendo recolhidas..	47
Imagem 10.	Na imagem à esquerda, pescador profissional segurando linguado. Na imagem à direita, filho de agricultor, morador da Ilha dos Marinheiros praticando a pesca de anzol. Imagens registradas na Lagoa dos Patos, nas proximidades das Bandeirinhas.....	48
Imagem 11.	Caico e bote na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes.....	49
Imagem 12.	Chalupa com caico auxiliar sem motor (ao fundo).....	49
Imagem 13.	Barcos atracados nas docas do mercado público de Rio Grande/RS.....	50
Imagem 14.	Embarcações de pesca na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes em frente ao Mercado Público.....	51
Imagem 15.	Pescador verificando as redes nas Bandeirinhas, Ilha dos Marinheiros, ao fundo da imagem podemos ver a Ilha da Torotama.....	59
Imagem 16.	Galpão de descascar camarão na Ilha dos Marinheiros.....	59
Imagem 17.	Secretaria da Agricultura (SMAG) em reunião sobre financiamento da casa própria na Ilha dos Marinheiros.....	65
Imagem 18.	Foto realizada na saída de campo para reconhecimento das áreas da Ilha dos Marinheiros, Porto do Rei, banca de Jurupiga do Hermes.....	67
Imagem 19.	Morangos do Senhor Abílio na área limite entre as Bandeirinhas e o Porto do Rei, dentro da área de atividade produtiva 2.....	68
Imagem 20.	Pescadores da Ilha dos Marinheiros no dia 02/02/2018 na festa de Nossa Senhora dos Navegantes próximo a localidade da Marambaia.....	77

Imagem 21. Embarcações da colônia Z2 na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes em São José do Norte.....	78
Imagem 22. Grupo de rede social contra a utilização dos métodos contraceptivos hormonais.....	82
Imagem 23. Mulher descascando camarão na Ilha dos Marinheiros, Bandeirinhas, nos fundos do domicílio.....	84
Imagem 24. Agricultor da Ilha dos Marinheiros morador das Bandeirinhas.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPENE	Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste
CEPERG	Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Estuarinos e Lagunares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONEPE	Coletivo Nacional de Pesca e Aquicultura
EMA	Estação Marinha de Aquicultura
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EQA	Escola de Química e Alimentos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FEAPER	Fundo de Amparo ao Pequeno Estabelecimento Rural
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDCI	Ministérios da Indústria, Desenvolvimento, Comércio Exterior e Serviços
MPA	Ministério da Pesca e da Agricultura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Registro Geral da Pesca
SEAP	Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ENTENDENDO A ATIVIDADE PESQUEIRA.....	20
1.1 Desdobramentos históricos do pescar	20
1.2 Pesca artesanal, tradicional e industrial. O que define e como definir os tipos de pescarias.....	24
1.3 A estatística pesqueira e a representatividade dos pescadores: o papel do Estado	29
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	36
2.1 O encantamento da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS.	36
2.2 As características da pesca artesanal desenvolvida na Ilha dos Marinheiros	41
2.2.1 Artes de pesca.....	41
2.2.2 As embarcações	48
2.2.3. As principais espécies capturadas e a primeira comercialização	52
2.2.4 O esforço pesqueiro: o cotidiano dos pescadores.....	57
2.2.5 O atravessador	62
2.3 As áreas de atividade produtiva.....	65
3. UEBF NA ILHA DOS MARINHEIROS: A DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA COMO ESTRATÉGIA ECONÔMICA.	70
3.1 Pluriatividade e multifuncionalidade na pesca artesanal.....	70
3.2 As UEBF na Ilha dos Marinheiros: algumas considerações.....	72
3.3 Gênero, idade e número de filhos. Sua importância para a organização da família na UEBF	80
3.4 O calendário econômico do trabalho do pescador artesanal.....	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS CURTAS	101
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS LONGAS.....	102
APÊNDICE C – LISTA DE TRABALHOS SOBRE A TEMÁTICA DISPONÍVEIS NO REPOSITÓRIO DA FURG ENTRE 2008/2018.....	103
ANEXO 1.....	105
ANEXO 2.....	106
ANEXO 3.....	107

INTRODUÇÃO

No município de Rio Grande, no litoral meridional do Rio Grande do Sul, “se respira peixe”. Não são raras as vezes que os riograndinos ouvem (ou exclamam) “Nossa, mas que cheiro de peixe!”. Não poderia ser diferente. A paisagem riograndina é um convite ao mar. Na direção Sul, a praia do Cassino (afamada por ser a maior praia do mundo em extensão territorial) o centro do município é quase completamente cercado pelas águas da Lagoa dos Patos, habitat de diversas espécies estuarinas que dão vida à lagoa, que por sua vez são a fonte de produção e reprodução das famílias de diversos pescadores.

E é por conviver com tanta água que a maioria dos moradores do município conhecem pessoas que vivem do que vive na Lagoa. Mesmo os que não conheçam pescadores profissionais em algum momento praticaram a pesca esportiva de anzol, nos molhes da Barra, na ponte de acesso a Ilha dos Marinheiros ou na orla do Cais do Porto, próximo às Docas do Mercado Público. Viver em Rio Grande é pertencer ao mar, a paisagem marítima ou lagunar; é respirar com cheiro de maresia.

Izaak Walton (1593-1683) escreveu em seu livro *The Compleat Angler*: “*Angling is like poetry, men are to be born so!*”¹ fazendo referência ao conjunto de atividades pertinentes ao pescador que lhe são ensinadas desde a infância, pelo pai e pela mãe, pelos irmãos e irmãs, pelos avós e pela natureza intuitiva do pescador artesanal.

No município do Rio Grande os pescadores artesanais profissionais estão presentes, em alguns bairros da zona urbana, como a Mangueira, a Barra, o Bosque e o Prado, e nas áreas rurais como a Ilha dos Marinheiros e a Ilha da Torotoma. Os pescadores neste trabalho são moradores da Ilha dos Marinheiros.

Se Rio Grande é um convite ao mar, a Ilha dos Marinheiros é um convite ao modo de vida insular. Conseqüentemente a vida em uma ilha possui características distintas e combinadas à vida urbano-industrial. O horário de dormir ocorre antes das 22h e o de acordar antes das 6h, junto com o sol. Os barulhos se distinguem entre sons de uma estação de rádio cheia de ruídos – rádios locais na sintonia AM (que seguem atendendo aos pedidos dos ouvintes mais fiéis e fornecendo informações como a venda de gado ou notas de falecimento ou casamento).

¹ “A pescaria assemelha-se à poesia; é preciso ter nascido para isso”, tradução da autora.

Outro som peculiar é o “olá”, quase gritado, pois o som do motor dos barcos fez com que o cumprimento seja alto, para ser sempre respondido. O barulho mais incomum: o silêncio! Nesse momento são os sons da natureza que conversam entre si: o vento, os grilos e as rãs na beira das valetas, os pássaros noturnos, as taquaras numa sinfonia aguda, os gatos brigando e... a Lagoa.

Viver na ilha é diferente, porque existe água onde quer que se olhe. A água faz da vida na ilha um paraíso, quando a safra é boa ou quando o calor é muito, mas também faz da vida uma penúria, quando ela “fica muito molhada” (cheia) e inunda as plantações, impedindo os deslocamentos, seja a pé ou de automóvel. A vida numa ilha é um constante diálogo reflexivo com a água.

No trabalho são os pescadores da Ilha dos Marinheiros que dão forma às páginas. As suas famílias são a principal força de trabalho utilizada nas rigorosas tarefas da pesca, entendida como Unidade Econômica de Base Familiar – UEBF. Na UEBF o trabalho é realizado pela mãe, pai, irmãos, primos, tios e agregados. A Unidade produtiva é: casa/domicílio. A UEBF utiliza a força de trabalho familiar para garantir a produção e a reprodução da vida, através da pesca realizada de modo artesanal na Lagoa dos Patos.

Contudo, a prática pesqueira nos moldes da artesanidade é atravessada por outras atividades remuneradas que são exercidas pelos membros da UEBF ao longo do ano. Tais atividades fazem com que o calendário econômico do pescador artesanal, que nas palavras de Diegues (1983) é complexo e dinâmico, se torne imprevisível, sendo ao mesmo tempo, uma saída para as instabilidades da pesca. Para compreender como as famílias pescadoras conseguem administrar suas finanças e desenvolver-se é necessário o entendimento das atividades realizadas pelos pescadores, além da pesca propriamente dita, evidenciando assim o *status* da pesca artesanal atualmente.

O desenvolvimento de outras atividades remuneradas não torna o pescador menos pescador, nem é argumento para a retirada de quaisquer direitos pertinentes a sua classe, mas sim o entendimento de que a pesca artesanal merece uma atenção especial para que sua prática não desapareça por completo nas próximas gerações, um problema que pode ser observado nas entrevistas com os pescadores.

Para isso foram feitas diversas saídas de campo e conversas com as principais lideranças na Ilha dos Marinheiros e pescadores que estavam dispostos a colaborar com um

tema tão peculiar e de certa forma, invasivo, que é a questão da economia familiar, tão frágil e incerta no caso da pesca. O pescador é um trabalhador dependente da natureza e dos seus ciclos. Instabilidades, chuvas demasiadas, pouca chuva, vento... Todos esses fenômenos são eventos importantes para os pescadores e por isso saber reconhecer os sinais da natureza é vital.

Na linguagem do pescador Ilhéu se diz: “*Será que o tempo se “armando” vai virar temporal e tem que tirar a rede?*”. O pescador sabe a resposta.

O entendimento dos ciclos biológicos das espécies, a observação do ritmo das marés, dos ventos e a oscilação das precipitações são necessidades inerentes ao pescador, como entender as relações comerciais são essenciais. O pescador pratica o que Diegues (1983;1988) chama de pequena produção mercantil simples (PPMS). Trata-se de uma prática econômica que utiliza grande parte da força de trabalho familiar e transforma o pescado em mercadoria, sua fonte primária para manutenção da existência, onde nota-se a presença de diversificação nas atividades econômicas, fundamentalmente a agricultura.

A pequena produção mercantil simples também pode ser explicada nas palavras de Marx (1996) que ao tratar sobre acumulação de capital aborda a circulação direta de mercadorias, sendo “a forma direta de circulação de mercadorias é $M — D — M$, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar.” (MARX, 1996, p. 267-268). Dessa forma o pescador vende o pescado por um valor determinado que será utilizado na compra de bens necessário para a família e que não podem ser produzidos por ele.

Para entender a importância da diversificação de renda na constituição da economia familiar para os pescadores foi necessário separar as atividades internas e as atividades externas que ocorrem ao longo do ano na dinâmica das famílias. As atividades internas foram entendidas como ações desenvolvidas pelos membros da UEBF para adquirir fontes alternativas de renda, podem ser trabalhos ocasionais ou vínculos empregatícios sazonais, venda de produtos de higiene, saúde ou cosméticos, a prática de agregar valor ao pescado através do beneficiamento ou da criação de derivados do pescado entre outras atividades que serão abordadas no capítulo 3.

As escolhas familiares fazem parte do que Fuller (1984) assinala como os pressupostos fundamentais para entender o *multiple job holding farm household*², conceito utilizado para entender a dinâmica familiar entre agricultores. É a tomada de decisão que somada à composição demográfica compõe parte importante para analisar a estrutura econômica familiar.

As atividades ou agentes externos são marcados por planos e ações do Estado através das políticas públicas como o bolsa-família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aposentadorias e o seguro-defeso. Os bancos e o atravessador³ também são agentes externos importantes na configuração da organização econômica e social das famílias.

O caminho metodológico percorrido para a execução deste trabalho foi realizado em três etapas distintas, mas que se intercalaram ao longo da pesquisa. Primeiro, foi elaborar um banco de dados realizado a partir do repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, priorizando a produção entre os anos 2008 a 2018. Foram elencados vinte e quatro trabalhos entre teses e dissertações de diferentes programas de pós-graduação (entre eles os programas de Educação Ambiental, Gerenciamento costeiro, Aquicultura, Biologia de Ambientes aquáticos continentais e Geografia) que abordam a temática da pesca artesanal em Rio Grande e hábitos e os costumes da Ilha dos Marinheiros. O apanhado está no apêndice C, ao final da dissertação.

Posteriormente, a construção do banco de dados bibliográfico contemplou os autores clássicos nos estudos da pesca artesanal. A metodologia foi complementada pela análise de trabalhos mais recentes e que basicamente possuem o seu objeto em estudos de caso ou tentativas de avaliação dos enfoques teóricos dos estudos precedentes, formando uma bibliografia com mais de cinquenta títulos entre livros, teses e dissertações. O segundo passo metodológico foi prospectar a área de estudo, marcando pontos de interesse para a discussão de dois momentos: (i) as áreas onde se encontravam o maior número de pescadores, com potencial para a fase das entrevistas, (ii) as áreas de atividade produtiva observando sua delimitação espacial a partir das estruturas materiais e técnicas de trabalho disponíveis, que será apresentado mais detalhadamente no capítulo 3.

² *Multiple job holding farm household e part-time forming* anteciparam o uso do termo *Pluriactivité* nos anos 1970.

³ Atravessador de pescada é o indivíduo que possuindo os meios de locomoção necessários (caminhonetes ou caminhões com câera fria) compram o pescada e vender em mercados externos.

A fase das entrevistas não se concentrou em uma data específica e adotou duas abordagens. A primeira voltada para questões mais curtas, com o objetivo de quantificar as famílias que praticam a diversificação de renda. A abordagem causou estranhamento entre os ilhéus devido às questões sobre políticas públicas e sobre a renda que recebem, a maioria dos entrevistados não se sentiu à vontade para divulgar essas informações.

O estranhamento da abordagem quantitativa modificou a metodologia inicial, orientando para uma pesquisa qualitativa, dessa forma optou-se pela realização de entrevistas mais longas com os pescadores que estivessem dispostos a realizá-las.

As entrevistas ocorreram entre 2018 e 2019, se concentrando nos meses de fevereiro, março e abril, quando ocorre a pesca do camarão (*Farfantepenaeus paulensis*). Foi elaborado um quadro de dez questões, no apêndice A estão as questões utilizadas na primeira abordagem e no apêndice B, as questões utilizadas na segunda abordagem, nas entrevistas longas. Uma entrevista curta durava em média oito minutos e uma entrevista longa aproximadamente trinta minutos. As entrevistas longas foram gravadas ou transcritas mediante autorização.

As entrevistas realizadas em domicílio forneceram um quadro incipiente onde foi possível traçar algumas características em comum entre os pescadores que corroboram com a tese sobre a necessidade da existência de diversificação de renda entre as famílias para que haja produção e reprodução.

O trabalho será dividido em 4 capítulos, a partir da introdução, situando o tema e os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada. O capítulo 1, entendendo a atividade pesqueira, aborda os desdobramentos históricos do pescar e a pesca enquanto trabalho na sociedade brasileira, a importância das nomenclaturas que definem a pesca a partir da sua especificação técnica e capacidade de captura e os volumes de pescado capturado no Brasil nos últimos anos, denotando sua importância para o país.

O capítulo 2, caracterização da área de estudo, procura demonstrar para o leitor como se desenvolve a pesca na Ilha dos Marinheiros, suas características básicas e especificidades nas artes de pesca, as principais espécies e o arranjo espacial das diferentes atividades produtivas.

Nos capítulos 3 encontram-se os dados sobre as UEBF na Ilha dos Marinheiros e o que pôde ser extraído de informações sobre a configuração das famílias de ilhéus e suas práticas econômicas, demonstrando a importância dos estudos populacionais para a Geografia e por

fim, no capítulo 4, as considerações finais que procuram traçar uma síntese de tudo que foi abordado até o momento, verificando quais perguntas foram respondidas e se novas inquietações surgiram, possibilitando dar sequência ao trabalho.

1. ENTENDENDO A ATIVIDADE PESQUEIRA

1.1 Desdobramentos históricos do pescar

A pesca é a última atividade extrativa de captura de seres vivos em escala que é desenvolvida pelos homens. A sua origem remota o processo de hominização, quando a pesca começou a ser realizada e seus resultados passaram a fazer parte da dieta humana, como forma de subsistência, manutenção da vida e parte de significativos processos econômicos, políticos e culturais. A pesca é compreendida como uma atividade de captura de animais aquáticos diversos onde, de acordo com suas técnicas, pode ser entendida como pesca de subsistência, pesca artesanal, pesca tradicional, pesca em pequena/grande escala ou pesca industrial, sendo crescente o surgimento da aquicultura como mecanismo para criação controlada de animais e plantas aquáticas. As diversas formas de nomear as pescarias estão relacionadas à capacidade de captura, a tecnologia empregada e a organização do trabalho, como será possível observar no subcapítulo 1.2.

A pesca na pré-história é estudada como uma pesca com simplicidade na organização de trabalho, muitas vezes possuindo um caráter ocasional ou não sistematizado nas capturas. Os desdobramentos históricos que se sucederam estão diretamente relacionados ao acúmulo de conhecimento humano sobre os corpos d'água, assim o conhecimento sobre técnicas de pesca adquiridos através da convivência em comunidades foi tão importante.

Baseado em Diegues (1983) “Pecadores, camponeses e trabalhadores do mar”, da história e organização da pesca no mundo a partir da Idade Média, entre os séculos VII e X o consumo de animais aquáticos fazia parte da dieta de todas as camadas sociais, sendo o araque, o atum e a carne de baleia, as espécies mais significativas. O araque passou a ser utilizado como meio de troca a partir do século XII quando a pescaria era realizada por meio de *hôtage*⁴. É na alta idade média que as primeiras corporações e confrarias começam a surgir e dessa maneira surgem também as primeiras disputas por território pesqueiro, acentuando-se ainda mais no século XVI onde o emergente Estado moderno irá confrontar as corporações medievais que dificultam o emprego da mão de obra disponível. Nesse momento desenvolvia-se uma pesca de longo curso com barcos de 150 toneladas e uma capacidade técnica elevada capaz de salgar o pescado nas embarcações, acentuando-se a divisão do trabalho: “a pesca do século XVI exigia uma organização empresarial” (DIEGUES, 1983, p.18).

⁴Contrato entre um burguês da cidade e um mestre de barco, onde o primeiro adiantava capital para a construção e o armamento da embarcação (DIEGUES, 1983, p. 15-16).

O gradativo aparecimento de inovações tecnológicas para o setor como, utilização do gelo e a melhoria nos sistemas de transporte e distribuição de pescado, retardando sua perecibilidade ocorreu no século XIX, mesmo momento que empresas do Canadá, da Bretanha, da Normandia e da Inglaterra disputavam por territórios pesqueiros.

Porém, a história da pesca no mundo evoca sociedades pré-capitalistas e no caso do Brasil, existe uma extensa produção arqueológica e histórica sobre o tema. Nos estudos sobre as sociedades pré-coloniais na costa brasileira é possível verificar registros fósseis de peixes de até 5.600 anos A.P⁵, nos chamados sambaquis⁶ (LOPES, 2016), atestam que os caçadores-coletores praticavam a pescaria como parte importante na composição da dieta.

A pesca irá se institucionalizar como atividade econômica e comercial no Brasil no século XIX⁷. De acordo com Resende (2014), a pesca e o fortalecimento do Estado crescem alinhados à formação da Marinha Brasileira que em um discurso convergente entre a insegurança das comunidades de pescadores e a necessidade de proteção das áreas litorâneas instala pontos de apoio da Marinha que levam consigo proteção e estrutura para os pescadores artesanais. De acordo com Resende (2014)

O grande projeto da Marinha era que as colônias de pescadores, formadas em áreas abrangidas ou não por um só município, fossem reunidas em federações de pescadores dentro de cada estado brasileiro, totalizando entre 15 e 25 colônias por estado, e acolhendo o maior número de pescadores. Tais colônias, constituídas dos agrupamentos de pescadores no litoral, ilhas, rios e lagoas, seriam um ponto de apoio para ação social, administrativa e militar do governo da república, dando corpo a ossatura do governo e conferindo a este representatividade. (RESENDE, 2014, p. 52).

O projeto da Marinha abriu precedentes institucionais para que as primeiras colônias ou distritos de pesca fossem criados⁸. O processo culminou na criação de postos de saúde e escolas que passaram a atender as comunidades de pescadores. As colônias de pescadores formadas no período tornaram-se o maior mecanismo institucional entre os pescadores e o Estado, sendo até hoje o órgão de representação na qual a maioria dos pescadores artesanais está registrada.

⁵ Antes do Presente.

⁶ Sambaquis são construções observáveis no relevo de amontoados contendo fósseis e restos alimentares formando montes de até 30 metros (LOPES, 2016).

⁷ Para uma leitura completa: MARTINS, Cesar Augusto Avila. Caminhos para a análise das relações entre indústria da pesca, norma e território. p. 52-70. In: SILVEIRA, Rogério Leandro L; SOUZA, Mariana Barbosa de. (orgs). Norma e território contribuições multidisciplinares. Ed. Edunisc. 1ª edição, Santa Cruz do Sul, 2017. MARTINS, César Augusto Ávila. O território nacional na análise da atividade pesqueira. CADERNOS GEOGRÁFICOS (UFSC), v. 16, p. 1-60, 2011.

⁸ De acordo com o decreto nº 447, de 19 de maio de 1846.

O registro às colônias de pesca passou a ser imprescindível a partir do século XX como afirma Vasconcellos, Diegues e Salles (2007),

Desde o início do século 20 o Estado nacional passou a interferir mais diretamente nas atividades pesqueiras artesanais, como forma de exercer maior controle sobre o contingente de produtores e sobre suas práticas produtivas. A partir da década de vinte os pescadores foram obrigados a se filiarem em colônias, controladas por federações e por uma confederação nacional, não raro, capitaneadas por oficiais da Marinha. (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALLES, 2007, p. 63).

A gestão pesqueira desde então, passou por diversas instituições e pastas públicas gerando dificuldade para a implementação efetiva de “uma linha política consistente que atendesse as necessidades básicas aos anseios dos produtores artesanais e que permitisse o desenvolvimento do setor em bases sustentáveis” (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALLES, 2007, p. 63). A pesca artesanal envolve setores como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência Social, entre outros⁹. O quadro 1 foi elaborado para elucidar melhor a representatividade dos pescadores artesanais através do Estado, cronologicamente:

⁹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Marinha, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALLES, 2007)

Quadro 1. Datas importantes para o setor pesqueiro.

Data	Fatos importantes para o setor pesqueiro/representatividade institucional
Século XIX	Marinha do Brasil Tornou obrigatório o registro dos pescadores e embarcações na capitania dos portos.
1912-1920	Ministério da Agricultura
1920	Marinha do Brasil Missão do cruzador José Bonifácio ¹⁰
1962	Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca)
1967	Decreto-Lei nº 221 de 1967 de política de incentivos fiscais à pesca ¹¹ . Sinpesq (Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura)
1989	Extinção da Sudepe (Lei nº 7.735)
1989	Ibama (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente) Passou a exercer as atividades de regulamentação, fiscalização, focando na manutenção da biodiversidade aquática e costeira.
1991	Lei nº 8.297/1991 dispõe a concessão do benefício do Seguro-Desemprego aos pescadores artesanais (SDAP).
1998	Criação do Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) , atendendo a cessão de águas públicas para a exploração da aquicultura.
2002	O Mapa passa a ser responsável pelo Registro Geral da Pesca (RGP), entre outras ações.
2003	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP)
2007	Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio): deve executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais nas unidades de conservação (UC) geridas pela União.
2009	Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a edição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDSAP)
2015	Extinção do MPA
2015	As ações referentes à pesca voltam a ser geridas pelo MAPA
2016	Pesca passa a ser vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDCI).
2017	Secretaria Especial da Agricultura e Pesca.

Fonte. VASCONCELLOS, DIEGUES, SALLES, 2007 e Ministério da Agricultura. Adaptado pela autora.

¹⁰ “Comandado por Frederico Villar, que percorreu a costa brasileira e os rios da Amazônia, com o intuito de formar as colônias de pescadores (...)” (DIEGUES, 1983).

¹¹ O Decreto-Lei 221/1967 garantiu a expansão e a melhoria das cooperativas de pesca, o estímulo para geração de verbas para manutenção e execução dos programas de saúde e educação em comunidades pesqueiras, entre outras medidas, os maiores beneficiados pelo Decreto-Lei foram empresários do Sul e Sudeste que absorveram 97% dos recursos (VASCONCELLOS, DIEGUES, SALLES, 2007, p. 65).

Como pode ser observado no quadro 1, há uma oscilação a respeito da representatividade do setor pesqueiro no Estado. A instabilidade traz ineficiência para programar políticas públicas efetivas para o setor e um retardo na produção de dados estatísticos sobre desembarque de pescado proveniente da pesca artesanal. A relação entre pesca e agricultura é um dos maiores precedentes para a união desses ministérios em uma única pasta, principalmente quando comparamos a pesca artesanal e a agricultura familiar, pois ambas atividades têm nos membros da família a sua força de trabalho principal. É nesse ponto que a formação e estrutura das famílias pescadoras interessam à pesquisa, pois era a estrutura (etária e sexual) que definiam os níveis de captura/produção das famílias.

O estudo realizado com alguns pescadores artesanais da Ilha dos Marinheiros demonstra que os ritmos naturais são determinantes para o aumento da produção, porém a renda familiar não depende exclusivamente da atividade pesqueira, o que torna a dinâmica familiar ainda mais complexa, onde novas formas de atividade econômicas dentro da unidade familiar têm ganhado expressividade. Para compreender a dinâmica social e econômica dessas famílias e como as políticas nacionais para o setor¹² afetam o cotidiano dos pescadores é importante compreender porque foi adotado o termo “pesca artesanal”, mas principalmente o que as nomenclaturas podem dizer a respeito da atividade econômica.

1.2 Pesca artesanal, tradicional e industrial. O que define e como definir os tipos de pescarias

O Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, estimou que no Brasil existem em média 1, 84 milhões de pescadores que contribuem para a produção anual de 765 mil toneladas (2013) de pescado¹³. Na pesca artesanal os dados sistematizados por região, através dos estudos de caso e pesquisas científica, foram um bando de dados mais preciso, principalmente a partir de 2011, quando os boletins estatísticos da pesca deixaram de ser desenvolvidos pelas entidades governamentais responsáveis.

A problemática para obtenção de dados sobre embarque de pescarias para a pesca artesanal aumenta, há pescadores que ainda não regularizaram sua situação e possuem embarcações sem registro, não utilizam talões que comprovem a venda do pescado, praticando o comércio informalmente.

¹² As secretarias que tratam do setor dividem-se em municipais, estaduais e federais. O trabalho atentou nas políticas da União.

¹³ Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura para o ano de 2015.

Para a pesca industrial existem dados precisos, isso porque a pesca industrial estabelece uma relação formal de trabalho, um vínculo empregatício entre uma empresa de pesca e o trabalhador, sendo obrigatório o registro das embarcações.

A formalidade do trabalho é uma das principais características para distinguir a pesca industrial da pesca artesanal, de acordo com a lei 11. 229, 29, de junho de 2009, art. 8º, inciso I, temos que:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

Contudo, não são apenas as diferenças no contrato de trabalho entre os pescadores que irá fornecer informações quanto ao tipo de pesca desenvolvida. Outra informação importante está contida na Instrução Normativa MPA/MMA N° 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011, artigo 2º, que define sobre as dimensões das embarcações:

IV - Pesca Comercial Artesanal: aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta¹⁴ - AB menor ou igual a 20;

V - Pesca Comercial Industrial: aquela praticada por pessoa física ou jurídica, envolvendo pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações com qualquer AB;

Em algumas pesquisas foi observado que o limite para definição das embarcações utilizadas na pesca artesanal foi estipulado em metros, como no caso de Kalikoski (2013), onde tem-se que as embarcações artesanais são aquelas com até 12 metros, e no caso do Boletim Estatístico da pesca artesanal e industrial no Estuário da Lagoa dos Patos, realizado pela FURG, que adotou o limite de 16 metros, para embarcações que desenvolvem pesca artesanal no estuário. Definição adotada (16 metros) para este trabalho.

Os dados de importação e exportação de pescado no Brasil podem ser obtidos no Comexstat, bando de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC

¹⁴ Arqueação bruta é um parâmetro dimensional que expressa o tamanho total da embarcação, sendo função do volume de todos os espaços fechados.

que substituiu o Alice Web. De acordo com a FAO (2018) o pescado é um dos itens mais comercializados no mundo atualmente, sendo que:

Em 2016, em torno de 35% da produção mundial foi exportada em diversas formas para usos alimentícios ou não. Os 60 milhões de toneladas de pescado em peso vivo exportado em 2016 representam um aumento de 245% sobre 1976. A corrente de negócios também cresceu exponencialmente, as exportações saíram de US\$ 8 bilhões em 1976 para US\$ 143 bilhões em 2016. Nos últimos 40 anos, a taxa de crescimento das exportações de países em desenvolvimento foi significativamente mais rápida que em países desenvolvidos. (FAO, 2018, p.8).

A importância econômica das exportações de pescado tem sido nos últimos anos um dos desafios para a economia brasileira, que dispõe de uma costa marinha abundante com grande biodiversidade, mas não ocupa o *ranking* dos líderes mundiais de exportação de pescado¹⁵.

Na pesca industrial, portanto, os pescadores embarcados não possuem necessariamente laços de parentesco ou amizade. Como na pesca artesanal, o pescado capturado por essas será distribuído em diversos níveis (local, regional, nacional) integrando a economia. São essas empresas que fornecem subsídio para os produtos enlatados e rações. Para elucidar as diferentes nomenclaturas temos que:

Várias terminologias são usadas para rotular a variedade de pescarias existentes. O termo difere nos detalhes da definição, mas não em substância. Porém ele é útil para distinguir o extremo de grande escala (comercial/industrial) do extremo de pequena escala (comercial/artesanal/de subsistência) do espectro. No sentido exato da palavra, todas as pescarias são comerciais. Mesmo a menor pescaria artesanal vende o que exceder as suas necessidades domésticas. Atualmente, existem poucas pescarias em que não se vende nada do pescado, que normalmente são chamadas de pescarias de subsistência. Nessas pescarias as transações em dinheiro são mínimas, mas o peixe tende a ser amplamente negociado ou compartilhado entre redes sociais e de parentesco. Elas também fazem parte das pescarias de pequena escala. (KALIKOSKI, 2006, p. 26-27).

Uma pescaria em larga escala será sempre uma atividade industrial, mas não é necessário que a pesca industrial seja considerada de larga escala. A pesca em larga escala sugere uma alta capacidade de captura, e exige circuitos de distribuição e comercialização do pescado. Uma empresa de pesca local que possua algum vínculo empregatício com a tripulação pode ser considerada uma atividade industrial de pequena escala.

A pesca em pequena escala, por sua vez, abarca um maior número de atividades pesqueiras; a pesca industrial, a pesca artesanal (ou tradicional) e a pesca de subsistência, sendo que a pesca artesanal e de subsistência serão necessariamente de pequena escala.

¹⁵ De acordo com a FAO (2014) são: China, Noruega, Tailândia, Vietnã, Estados Unidos, Chile, Canadá, Dinamarca e Espanha.

Uma boa caracterização do pescador artesanal foi cunhada por Maldonado (1986), sendo algumas dessas características, tais:

Cuja pesca se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção - se bem que atualmente, esses pescadores tenham se modernizado bastante -, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos botes. Esse tipo de pescador tem na pesca sua principal fonte de renda, e a produção volta-se para o mercado, sem perder, contudo o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização. Via de regra os pescadores artesanais, também chamados autônomos (...) dependem também de intermediários para comercializar seu produto, tanto devido à perecibilidade deste como porque, geralmente, não dispõe de infra-estrutura para sua conservação e de meios de transportá-los aos mercados distantes (MALDONADO, 1986, p. 15)

Para a autora os pescadores artesanais possuem um grande “poder decisório sobre aquilo que produzem” (p.9), definindo livremente a forma como será utilizado o que foi capturado de acordo com as necessidades familiares no momento. Isso quer dizer que, de acordo com as necessidades da família (aquisição de produtos que não podem ser produzidos pelo pescador) o pescado será comercializado no momento da captura ou sofrerá beneficiamento, agregando valor ao produto. É nesse sentido que se afirma a instabilidade financeira em que vivem esses pescadores, onde os diversos cenários sejam esses internos (número de filhos, fontes de renda alternativas, enfermidades e contratempos) ou externos (natureza, intempéries, mercado) serão fundamentais para as ações econômicas que irá se adotar cotidianamente.

Dentro dessa diversidade de renda estão os pescadores-agricultores que praticam o “pluralismo econômico, explorando a terra e o mar” (MALDONADO, 1986, p. 13), que praticam atividades agropecuárias como fonte alternativa de renda e para consumo familiar, sendo uma prática recorrente no litoral brasileiro: No estado do Rio Grande do Sul, os pescadores não podem identificar-se também como agricultores, pois é pré-requisito para concessão do benefício de seguro-defeso de acordo com a Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, sendo praticado para consumo interno, trocas ou vendas ocasionais.

O trabalho associa à pesca artesanal o conceito de “pequena produção mercantil simples” ou apenas “pequena produção mercantil”. De acordo com Diegues (1983);

As características básicas das subformas de organização social da produção – dos pescadores-lavradores e dos pescadores artesanais remetem-nos a uma categoria teórica específica e mais abrangente: a da pequena produção mercantil. As duas subformas mencionadas acima são consideradas como variantes da pequena produção mercantil enquanto modalidade de apropriação material e social de determinados recursos existentes nos ecossistemas marinhos (DIEGUES, 1983, p. 203).

O pescado é visto como mercadoria pelos pescadores, possuindo valor de troca e valor de uso, quando incorporado na alimentação familiar. A dificuldade de utilizar e explorar esse conceito, ainda segundo o autor, deve-se ao fato de que tais formas de organização da produção estarão subordinadas a outras formas de produção que lhes são dominantes, no caso a capitalista. A importância da utilização do conceito de pequena produção mercantil se insere na afirmação de que a pesca enquanto artesanal não é uma fonte utilizada apenas para subsistência dos indivíduos, mas comercializada na forma de mercadoria.

Esse fator será importante para a pesquisa, pois foram observadas práticas econômicas das famílias de pescadores, sendo o “vender para comprar” importante nas decisões e nos arranjos sócio-econômicos. Dessa maneira, os pescadores artesanais da Ilha dos Marinheiros que compõe as UEBF, praticam a pequena produção mercantil simples, são os personagens do estudo. O ser pescador artesanal é complexo dentro da trama, ainda que a proposta seja compreender o que convém chamar de calendário econômico, a complexidade e a instabilidade financeira, conferem à atividade mais uma dificuldade, além do cotidiano intenso e do trabalho árduo dos membros da UEBF.

Portanto o extremo de grande escala é a pesca industrial com relações comerciais fortes e seu oposto, a pesca de subsistência com relações comerciais muito fracas, marcadas pelas relações de parentesco que também estão presentes na pesca artesanal. A pesca artesanal, por sua vez, possui relações comerciais moderadas; a presença da família é importante para o seu desenvolvimento e caracterização.

A pesca tradicional é associada à pesca artesanal, quase como seu sinônimo, contudo a ancestralidade da prática e o elemento cultural ganham importância, questões que não serão abordadas¹⁶.

De acordo com a lei brasileira a pesca artesanal é entendida quando “praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. BRASIL, 2009). A mesma lei discorre sobre a pesca industrial garantindo que “quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria

¹⁶ Destaca-se dois trabalhos com essa perspectiva: ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima. Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS. Tese de doutorado. Porto Alegre, 2007. MOURA, Gustavo G. M. Águas da Coréia. Uma viagem ao centro do mundo em uma perspectiva etnooceanoográfica. Tese de doutorado. Nupeea: Recife, 2012.

por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial” (BRASIL, 2009), para a legislação brasileira uma relação comercial forte é imprescindível para caracterizar a pesca industrial.

O regime de economia familiar é base para caracterizar a pesca artesanal, geralmente desenvolvida em comunidades de pescadores. A organização econômica familiar é particularmente importante para a compreensão das estratégias econômicas que se procura observar. Os pescadores artesanais são responsáveis pela manutenção dos seus meios de produção (pequenas embarcações, redes e alguns apetrechos de pesca) que geralmente são produzidos por pescadores especializados nesta atividade o que denota uma divisão do trabalho e uma especialização técnica nas atividades, a escolha do termo pesca artesanal, não é, portanto, arbitrária.

1.3 A estatística pesqueira e a representatividade dos pescadores: o papel do Estado

Este subcapítulo procura traçar informações básicas sobre: (i) a estatística pesqueira, (ii) os volumes de pescado capturado atualmente, (iii) o Estado brasileiro, (iv) a representatividade dos pescadores artesanais no cenário social e político, bem como a implementação e efetivação das políticas públicas que tem se mostrado ao longo da pesquisa de extrema importância para manutenção, sobrevivência e reprodução desses indivíduos.

A partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira (disposta na Lei 11.229 no Art. 3º) o Estado torna-se responsável por diversas atribuições, sendo elas: calcular, autorizar e estabelecer os regimes de acesso, a captura total permitida, o esforço da pesca sustentável, os períodos de defeso, as temporadas de pesca, os tamanhos de captura, as áreas interditadas ou de reserva, as artes, aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo, a capacidade de suporte dos ambientes, as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização na atividade e a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição dos estoques¹⁷. A história dos pescadores é marcada pelo intenso movimento e luta da sua classe, representada pelos pescadores artesanais através das colônias ou organizações pesqueiras como o Coletivo Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE, o Conselho Pastoral dos Pescadores ligada a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), trabalho iniciado em 1968 em Olinda (PE) espalhando-se pelo Brasil, tem por objetivos colaborar com os pescadores através de ações para cultura e desenvolvimento, priorizando a preservação do

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm.

meio ambiente, além dos inúmeros Sindicatos de pescadores, organizações locais de pescadores e movimentos sociais como Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Resende (2014) irá abordar esses processos desde a formação do Estado brasileiro e a relação entre a atividade pesqueira e a formação da primeira república.

Um marco importante no processo foi a formação das colônias de pescadores¹⁸, em 1923, sendo “uma estrutura estatal que prometia organização e serviços essenciais para esse grupo da sociedade” (RESENDE, 2014, p. 52), através das colônias de pescadores a representatividade desse grupo passou a ser incorporada na pauta das discussões ministeriais. O primeiro momento dessa influência do Estado brasileiro foi marcado pela criação e atuação da SUDEPE¹⁹.

Mais tarde, em 1998 é a vez do Ministério da Agricultura ficar encarregado das questões pesqueiras até que em 2003 a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca – SEAP é criada. O SEAP mais tarde, em 2009, se transformaria no Ministério da Pesca e da Aquicultura – MPA²⁰, até 2015. Transformar uma Secretaria Especial em Ministério colocou os assuntos referentes à pesca numa posição privilegiada, porém, a extinção desse ministério vinculou a pesca ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento, Comércio Exterior e Serviços – MDCEI²¹, através de uma Secretaria da Pesca e Aquicultura. A instabilidade institucional do Estado brasileiro em relação à atividade pesqueira dificultam a gestão da pesca, a implementação e efetividade das Políticas Públicas e ocasiona um déficit nas pesquisas sobre o tema.

Em síntese, essa instabilidade institucional acarretou em uma dispersão dos dados e estatísticas da pesca. Inicialmente, entre os anos de 1980 e 1989 o IBGE fornecia informações sobre desembarque pesqueiro. A partir de 1995 as informações são retomadas pelo IBAMA, por meio de anuários estatísticos até o ano de 2011, ano em que essas informações não foram mais divulgadas.

A ausência de informações sistematizadas e sequenciais somados a dificuldade para a fixação dos Ministérios que tratem sobre a pesca resultam em um problema para a gestão. No

¹⁸ Hoje No Brasil somam-se 759 associações, 137 sindicatos, 47 cooperativas e 870 colônias que representam mais de 730 mil pescadores artesanais.

¹⁹ Decreto SUDEPE, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl110.htm

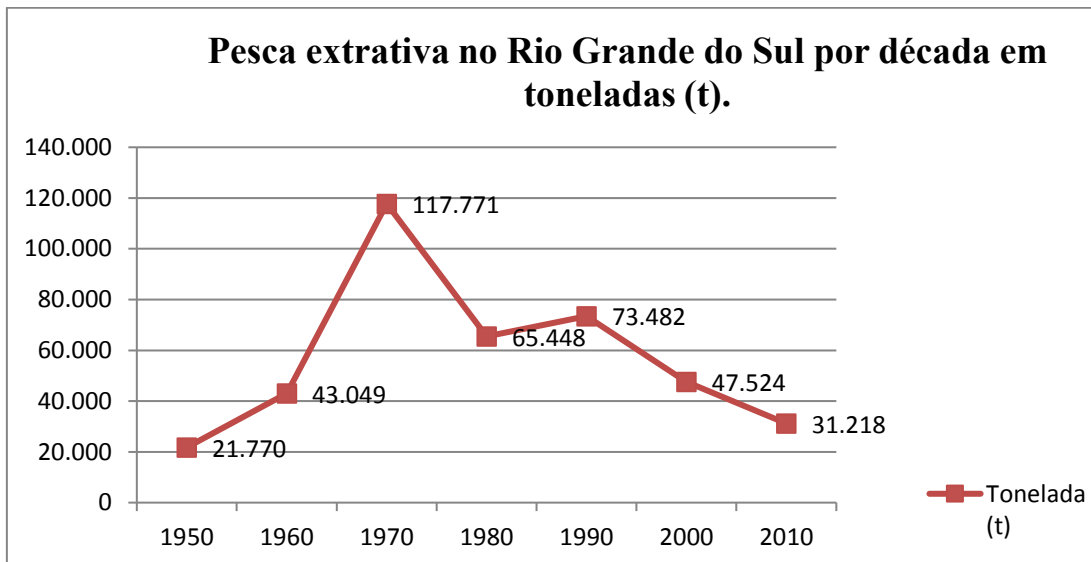
²⁰ Criação do MPA: disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111958.htm

²¹ Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=2398>

caso específico da pesca artesanal brasileira os dados disponíveis para os anos posteriores a 2011 são, na maioria das vezes, progressões matemáticas baseadas em anos anteriores ou pesquisas locais específicas. É nesse ponto que as pesquisas acadêmicas auxiliam no entendimento da população pescadora e na pesca em si, gerando dados confiáveis acerca de grupos locais. Esses diversos estudos de caso formaram uma base sólida para observar as similaridades entre os pescadores artesanais no Brasil, principalmente no que diz respeito à diversidade de renda e as políticas públicas, amplamente discutidas no setor.

No que diz respeito aos dados estatísticos sobre captura de pescado, há os boletins estatísticos que informam as capturas nacionais e por Unidade de Federação. O gráfico 1 apresenta a diminuição das capturas no Rio Grande do Sul:

Gráfico 1. Pesca extrativa no Rio Grande do Sul entre 1950 e 2010.



Fonte. Boletim Estatístico da pesca anos 1950-2010, gráfico formulado pela autora.

Nos anos 70 a pesca extrativa teve um salto expressivo, esse número está diretamente ligado ao plano de incentivos fiscais surgidos a partir da criação da SUDEPE (1962-1989). Diversas empresas de pescado se consolidaram no Rio Grande do Sul e o município de Rio Grande foi um dos polos mais expressivos.

De acordo com Martins (2016) a empresa Leal Santos Pescados²² em 1973 atinge a produção de 17 mil toneladas de pescado, no começo dos anos 80 operavam 27 empresas nas diversas atividades do setor²³. Martins (2002) afirma que:

Os dados referentes às quantidades de pescado, desembarcado no Rio Grande, no primeiro quinquênio de dados disponíveis (1945/49), indicam médias anuais de 14.000 toneladas/ano. Com o uso das águas territoriais uruguaias e argentinas, expansão e tecnificação da frota, na década de 1970, houve máximos de aproximadamente 120.000 toneladas/ano. Os dados disponíveis do último quinquênio antes do fechamento de parte das fábricas (1993/1997) mostram capturas médias de 56.000 toneladas/ano. Ou seja, as médias são superiores àquelas do período de delimitação do parque fabril instalado no Rio Grande, não justificando a diminuição da produção desse parque fabril. O pescado das redes dos pescadores estava “caindo em outras redes”. (MARTINS, 2002, p. 125).

Observa-se que o município de Rio Grande também sofreu modificações a partir do decreto 221/67. Das empresas brasileiras que mais receberam incentivos fiscais entre os anos 1967 e 1973 encontravam-se no *ranking* as riograndinas: 4º Leal Santos Pescados S/A, 5º Pescal S/A Indústria Brasileira de peixe, 21º Abel Doutrado Ind. Alimentícia S/A, 25º ISAPEIXE – Indústria Riograndense de pescado e 26º Torquato Pontes Pescado S/A (Martins, 2002, p. 110). Nos anos 80 as indústrias de pesca no município chegaram a empregar 20.000 trabalhadores, em 1987 Rio Grande empregava em torno de 90% da mão de obra industrial no setor pesqueiro no Rio Grande do Sul (Martins, 1997, p. 29).

Imagem 1. Trabalhadoras da Pescal no ano 1990, trabalhando no setor de embalagem dos produtos.



Fonte: acervo pessoal de Patrícia Baldez, 1990.

²² Para um estudo completo sobre as indústrias de pesca em Rio Grande ver: RENNERT, Marco Antônio da Gama. AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE PESCADO EM RIO GRANDE-RS. Dissertação de Mestrado. Rio Grande: 2010.

²³ MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande industrialização e urbanidade (1873-1990). Editora Furg: Rio Grande, 2016, p. 195-224.

Não somente as frotas comerciais eram importantes para o abastecimento das fábricas, mas o pescado local oriundo da Lagoa dos Patos capturado pelos pescadores artesanais, muitos destes imigrantes que não possuíam capital, mas o entendimento e a prática pesqueira e seguiram nesta atividade. Alguns destes pescadores acumulariam capital suficiente para se tornar donos de pequenas embarcações ou até mesmo, para agir como atravessadores de pescado²⁴.

No final dos anos 80 inicia-se o processo de falência de algumas empresas do setor e o aumento do número de operários desempregados a partir desta data.

O pescado continuaria a chegar em Rio Grande, embora em menor quantidade, e teria comumente os seguintes destinos: ser consumido pela própria cidade; ser absorvido pelas indústrias pesqueiras que permaneceram em Rio Grande, e, principalmente, ser enviado in natura para processamento em outros centros por meio de caminhões frigoríficos ou containers, ou seja, de cidade pioneira na indústria da pesca, Rio Grande foi se moldando como um grande entreposto de pesca, num caminho de industrialização às avessas. (MARTINS, 2016, p. 210).

No que diz respeito aos valores de desembarque atuais temos uma diminuição gradativa a partir dos anos 90 e uma desarticulação nas informações obtidas através dos boletins estatísticos que cessaram em 2011. Visto que a pesquisa tem por objetivo estudar a pesca artesanal do ponto de vista da contemporaneidade, são justamente esses valores de capturas (final dos anos 90 até atualmente) que nos interessam.

Desde os anos 70 a pesca no município de Rio Grande é extremamente importante para os valores de captura no estado do Rio Grande do Sul, sendo um polo importante para o setor, mesmo após o declínio das indústrias de pesca. Para demonstrar esses valores temos que entre os anos 1992 e 1996 os valores de desembarque foram:

Tabela 1. Total de captura de pescado (t) no município de Rio Grande entre 1992 e 1996.

Ano	Pesca artesanal	Pesca industrial
1990	18.188	38.339
1991	22.728	55.381
1992	21.971	47.597
1993	16.942	49.797
1994	19.255	47.529
1995	18.856	40.731
1996	13.441	34.302

Fonte: Martins, 1997.

²⁴ Para uma revisão completa da formação das indústrias a partir da imigração lusitana em Rio Grande ver: MARTINS, C. A. A. **A reestruturação do setor de enlatamento de pescado no Brasil: das redes dos pescadores às redes geográficas dos grandes grupos econômicos**. Florianópolis, 2006, p. 119-139.

Evidentemente é preciso relativizar esses dados, já que o município é um polo consolidado onde desembarcam frotas advindas de outros municípios, como Pelotas e São Lourenço do Sul. O protagonismo do porto de Rio Grande aponta sua importância no cenário nacional, ainda que em um período histórico onde as indústrias pesqueiras não operam em sua capacidade máxima. Nota-se que a pesca artesanal de maneira geral, se manteve ativa frente aos níveis de desembarque da pesca industrial.

A pesca extrativa, artesanal e industrial, diminuiu em valores totais ao longo dos anos. A partir de 1990 há um novo fator para contrapor esse dado, o surgimento da aquicultura passou a ser registrado nos boletins estatísticos. De forma expressiva para o Rio Grande do Sul é a partir do ano de 2001 que a aquicultura irá aparecer nos boletins estatísticos da pesca, que nesse momento serão fornecidos pelo IBAMA. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a aquicultura baseia-se no “cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado” (Embrapa, 2018) e se diferencia da pesca extrativa, pois a pesca extrativa não possibilita o controle de “produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar, no sentido de gerar alimento de qualidade, com planejamento e regularidade” (Embrapa, 2018).

Como exemplo na implantação e desenvolvimento da aquicultura a FURG, pesquisa na área do cultivo de camarões a partir do sistema de bioflocos, exportando a tecnologia mundialmente através da Estação Marinha de Aquicultura – EMA, sendo “um sistema de cultivo que visa o aumento da produção, com mínima renovação de água e conseqüentemente, diminuição da liberação de efluentes ricos em nutrientes aos recursos hídricos adjacentes” (De Schryver & 138 Verstraete 2009, p.1162–1167) e algas (para biodiesel).

Imagem 2. Estrutura para criação de camarões da Estação Marinha de Aquacultura – EMA, Balneário Cassino - Rio Grande/RS.



Fonte. Fonte: <https://aquicultura.furg.br/pt/>.

A FURG, desde sua formação em 1969, prioriza os estudos voltados para o ecossistema costeiro e investe em tecnologia, através do EMA, do curso de Oceanologia, uma importante trajetória no estudo sobre tecnologia de alimentos através da Escola de Química e Alimentos (EQA). As pesquisas na área pesqueira transitam entre a aquicultura, pesca extrativa industrial ou artesanal. No próximo capítulo será apresentada a pesca desenvolvida na Ilha dos Marinheiros, o cotidiano dos pescadores e as principais características da área.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 O encantamento da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS.

Para Diegues (1998), as ilhas e mares são entendidos como locais místicos, registros de um imaginário primitivo na sua relação profunda com a natureza. Ao longo da história muitos homens viajaram longas distâncias através dos mares e as ilhas passaram a ter duas conotações distintas: ilhas de temor, relacionadas à presença de nativos e monstros míticos e as ilhas paradisíacas, que guardavam água fresca e alimentos aos navegadores sobreviventes das jornadas.

Nas duas representações, ilhas profanas e ilhas paradisíacas, temos um imaginário que desde os séculos XV destaca uma relação de diferenciação entre as ilhas e as terras continentais. Péron (1993) atribui três razões geográficas, na distinção das ilhas: a presença marcante do oceano, a finitude do espaço que sobrevaloriza tudo no seu interior e a escala reduzida. (Péron, 1993 apud Diegues, 1997).

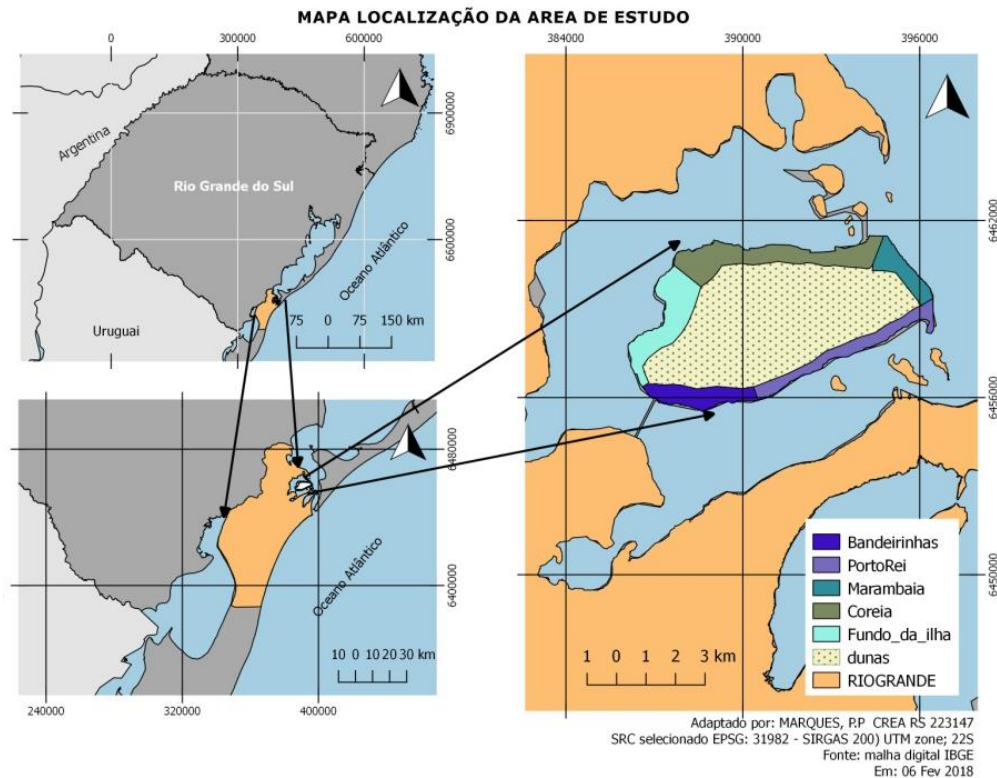
O “ser ilhéu” reconhecido por Diegues (1997) como *ilheidade*²⁵, é um processo que diz respeito “aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular” (p.5), ou seja, a relação que se estabelece entre o indivíduo e a natureza insular conferem, segundo o autor, características que são observadas externa e internamente, seja na alteridade ou no processo de construção da sua identidade. Para o autor através da combinação do estilo de vida próprio e a redescoberta da identidade cultural os ilhéus retomam a valorização do seu território.

A Ilha dos Marinheiros está localizada na margem Oeste do estuário da Lagoa dos Patos com área total de 39, 28km². A Lagoa dos Patos, especificamente, possui uma área de aproximadamente 10.000Km² e é reconhecida como a maior lagoa do tipo estrangulamento do mundo, estendendo-se de 30°30’S a 32°12’O, próximo à área central de Rio Grande, onde a lagoa se conecta com o Oceano Atlântico (VASCONCELLOS; KALIKOSKI, 2013). É na Lagoa dos Patos que diversos grupos de pescadores artesanais desenvolvem suas atividades

²⁵A palavra não está registrada no dicionário Michaelis ou no Aurélio. No dicionário Priberam, (<https://dicionario.priberam.org/>) a definição é: 1. Qualidade do que é ilhéu. 2. Caráter específico da cultura, da história ou da identidade de uma ilha ou de um espaço insular ou dos seus naturais ou habitantes. Consultado em 15/02/2019.

econômicas, sendo eles pertencentes aos municípios de Mostardas, Tavares, Tapes, Arambaré, Camaquã, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Rio Grande e Pelotas²⁶.

Figura 1. Localização da Ilha dos Marinheiros no Estuário da Lagoa dos Patos.



Fonte: Desenvolvido por MARQUES, PP. 2018.

Além da influência da sua localização para o desenvolvimento da pesca artesanal na Ilha dos Marinheiros e também praticada a pecuária e a agricultura. A colonização açoriana²⁷ e as técnicas de pescarias desenvolvidas pelos açorianos foram passadas de geração em geração. Muito antes disso também, em sítios datados entre os anos 2056 – 84 A.P e 2014 – 65 A.P (CHIM, 2016) foram encontrados exemplares de corvina (*Microponias furnieri*), miragaia (*Progonias cromis* Linnaeus 1766), papa-terra (*Menticirrhus sp.*) e os bagres (*Siluriformes Genidens sp.*) corroborando para a existência de uma pesca sazonal, no período do verão, na Ilha dos Marinheiros apontada por Schmitz, 2006.

O reconhecimento da Ilha dos Marinheiros como parte de Rio Grande iniciou-se em 1737, quando a área era chamada de Ilha do Marinheyro e basicamente fornecia madeira e

²⁶ A importância social e ambiental do estuário bem como a preocupação com o manejo dos recursos naturais desencadeou uma série de discussões que no ano de 1996 fez surgir o Fórum da Lagoa dos Patos sendo “um órgão colegiado de função cooperativa onde os pescadores artesanais possuem voz e podem participar ativamente das discussões sobre o manejo e consecutivamente intervir nas tomadas de decisão” (CALDASSO, 2000?, p. 3).

²⁷ Em grande parte das regiões de Águeda, Aveiro e Bairrada (MORISSON, 2003).

água para a cidade de Rio Grande no seu primeiro ano de ocupação até a data em que foi, de fato, colonizada em 1738 através da concessão de sesmarias²⁸. A relação entre os indígenas que ali viviam e os primeiros colonizadores, ocorreu através das trocas comerciais, pois a área que compreende Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama e Vila da Quinta era de interesse dos comerciantes de gado e provavelmente foi o que manteve a relação entre esses dois grupos até a migração completa dos indígenas nessa área (QUEIRÓZ, 1987, p. 55).

Durante a colonização da Ilha dos Marinheiros novas sesmarias foram concedidas, visto que os primeiros sesmeiros não se fixaram no local (RUIVO, 1994, p. 152) e a extração de madeira e de água da Ilha. Conforme relatos de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire e John Luccock, o último destacou nos seus escritos a Ilha dos Marinheiros como uma “Bahia de tal abundância de variados peixes que ao cruzá-la a hora tardia da noite, os cardumes saltavam à frente de nossa canoa em todas as direções, havendo alguns caído dentro dela” (LUCCOCK, 1935, apud RUIVO, 1994, p. 155).

Entre os acontecimentos históricos na Ilha destacam-se a presença de um Quilombo chamado Quilombo do Negro Lucas anterior ao ano de 1883, o intenso plantio de milho, feijão, uva e a produção do vinho colonial a partir do ano de 1830 que também foi o ano onde o primeiro pedido para a criação de peixes em cativeiro foi feito na Prefeitura²⁹. A ascensão econômica da Ilha se deu no cultivo da uva e da produção de vinho até meados de 1875 quando chegaram os primeiros colonos italianos provenientes das regiões da Lombardia, Vêneto e Tirol (AZEVEDO, 2003, p. 46). A partir de 1927 a Ilha deixou de receber novos moradores e a população residente é composta, basicamente, por idosos³⁰. Contudo, de acordo com o Jornal “O Cruzeiro” de 3 de outubro de 1970 a população da Ilha em 1940 chegou a 7200 habitantes.

²⁸ As sesmarias foram concedidas aos capitães Antonio dos Anjos, Antônio de Araújo Vilella e Antônio Gonçalves Pereira de Faria (RUIVO, 1994), inspirando o título do livro de Azevedo, 2003: A Ilha dos três Antônio.

²⁹ “Há muitos anos já se pensava que a ilha seria um ótimo lugar para criar peixes em cativeiro. Desde 1831 já aparecem pedidos de licença para formar um curral de peixes com 60 palmos em quadrado, defronte de seu estabelecimento do lado leste da Ilha” (AZEVEDO, 2003, p. 42).

³⁰ As informações históricas contidas nesse capítulo foram retiradas de Ruivo, 1994 e Azevedo, 2003.

Tabela 2. População residente na Ilha dos Marinheiros.

Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio								
Variável - População residente (Pessoas)								
Distrito - Ilha dos Marinheiros - Rio Grande (RS)								
Situação do domicílio - Total								
Ano x Sexo								
1991			2000			2010		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1.377	736	641	1.324	729	595	1.259	693	566
Fonte: IBGE - Censo Demográfico								

Fonte. SIDRA, IBGE.

O último censo do IBGE, como informa a tabela 2, revelou um número de 1.259 habitantes. O número de habitantes ao longo dos anos permanece estável, com alguns relatos de migração para a cidade.

Por se tratar de uma Ilha localizada dentro de um estuário a pesca na Ilha dos Marinheiros tem características específicas que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento das espécies da Lagoa. Ao longo dos anos alguns pescadores artesanais passaram a pescar fora do estuário³¹, por motivos que serão apontados mais adiante.

Nos aspectos ambientais a Ilha dos Marinheiros é constituída pelos marismas³², uma abundância de pequenos lagos no seu interior onde também é possível observar um conjunto de dunas. A prática da agricultura é realizada, primordialmente, paralelamente à costa estuarina, mas o avanço de cultivo no interior da Ilha é um fenômeno em curso, como é possível observar na figura 2. A estrada que circula a Ilha dos Marinheiros aparece em destaque na imagem que deixa evidente as marcas de manejo do sono em direção ao centro da Ilha dos Marinheiros, onde começa o aparecimento de dunas.

³¹ São Lourenço do Sul e Pelotas são os municípios mais citados.

³² “Marismas são ecossistemas internacionais presentes ao redor do globo nas médias e altas latitudes com relevo pouco expressivo. No Brasil estão presentes em estuários, lagunas e baías ao longo da costa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. Fonte: <http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/marismas.html> acesso em 17/12/2018.

Figura 2. Imagem de satélite exibe o solo cultivado na Ilha dos Marinheiros, na área correspondente a Marambaia.



Fonte. Google Earth, 2018.

Para o escoamento da produção comercializável, os moradores fazem a travessia de barco para venda direta no mercado Hortifrutigranjeiro do município o que gera uma demanda de maior tempo de trabalho no processo. Em alguns casos, a venda é feita através dos atravessadores, que buscam a mercadoria diretamente na Ilha, com a diminuição do preço em relação ao obtido nas vendas diretas. Ao longo dos anos a figura do atravessador foi alvo de controvérsias acerca do seu papel na economia e sociabilidade, e será tratada mais detalhadamente.

A quantificação dos pescadores artesanais na área de estudo está baseada em uma pesquisa organizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), intitulada *Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil*, organizado por Vasconcellos e Kalikoski (2013). De acordo com diversas tabelas é possível organizar um panorama geral da área de interesse da seguinte maneira:

Tabela 3. Número aproximado de pescadores na área de estudo.

Nº pescadores no estuário da Lagoa dos Patos	4157
Nº de pescadores em Rio Grande – incluindo dependentes da pesca	1435
Nº de inscritos na Colônia Z1	825
Nº de pescadores que recebem seguro-defeso em Rio Grande	1031
Nº de pescadores da Ilha dos Marinheiros – incluindo dependentes da pesca	315

Fonte. VASCONCELLOS E KALIKOSKI. Adaptado pela autora.

Os pescadores moradores da Ilha dos Marinheiros estão inscritos na Colônia Z1 que atua institucionalmente como representante dos pescadores do município. De acordo com a Lei 11.699/2008 as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores são reconhecidas como órgãos da classe do setor artesanal da pesca. É responsabilidade das Colônias junto aos demais órgão citados, a defesa dos direitos e interesses dos pescadores dentro da sua jurisdição.

2.2 As características da pesca artesanal desenvolvida na Ilha dos Marinheiros

2.2.1 Artes de pesca

As técnicas de captura mais utilizadas pelos ilhéus são: o saquinho (aviãozinho), as rede de arrasto (coca, o berimbau e a prancha) e a tarrafa. Um estudo sobre as artes de pesca pode ser observado em Benedet, Dolci e D'Incao (2010), Martins (1997), Ruas (2010), visto que a descrição técnica dessas pescarias é abundante aqui será feito apresentada uma síntese desses apetrechos.

O aviãozinho (saquinho): o saquinho é uma das técnicas mais utilizadas na Ilha dos Marinheiros. Sua estrutura baseia-se em redes sustentadas por varas de madeira chamadas de calões com anéis que prendem o camarão no seu interior quando atraído pela luz artificial na extremidade da rede, geralmente através do uso de baterias. A pesca com saquinho é realizada durante a noite, durante o dia as redes ficam suspensas, como na imagem 3.

Imagem 3. Redes de saquinho suspensas durante o dia em frente à localidade das Bandeirinhas (Ilha dos Marinheiros).



Fonte: autoria própria. Fevereiro, 2018.

Algumas narrativas sobre o saquinho demonstram sua importância como informado pelo Seu X*³³. O pescador afirmou que existem novas formas de organização dos saquinhos, para uma pesca mais eficiente e mais barata. Ele informou que ouvia falar de um método de pesca chamado “rodeio” ou “roseira”, como mostra a imagem.

Imagem 4. Ilustração da “roseira” feita por pescador.



Fonte: Autoria própria. 2018.

O entrevistado relatou que “quem inventou isso tudo foi os “*Catarina*³⁴”, eles são “feras” na pescaria” (Entrevista, 2018). Na arte há dispersão dos saquinhos em círculo com a utilização de apenas uma fonte de luz. O desenho feito pelo pescador foi uma tentativa de

³³ O nome de alguns pescadores será mantido em sigilo, dessa forma serão utilizadas iniciais seguidas de um * para nomear os indivíduos.

³⁴ Nome pejorativo atribuído pelos ilhéus aos pescadores de Santa Catarina.

ilustração do sistema que não usa o saquinho alinhado. Ainda segundo o pescador com a técnica é possível capturar o camarão mesmo com as diferentes direções das marés. Segundo sua estimativa de captura com saquinho alinhado são capturados cerca de 15Kg/noite, com a roseira a captura pode chegar a 80Kg/noite. Existe uma rivalidade pelos territórios pesqueiros na Ilha dos Marinheiros. Fica evidente na fala do pescador, quando diz “*é claro que eles pescam mais, ficam no mais alto*”³⁵. *Depois da ponte, pra nós aqui só vem o resto*” (relato pescador).

A referida ponte foi inaugurada em 2004, na gestão do então prefeito Fábio Branco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, mas suas obras tiveram início em 1999 na gestão de Wilson Mattos Branco (também do PMDB). A ponte da Ilha dos Marinheiros foi uma reivindicação da população durante mais de 50 anos, causando grande comoção pública, como foi possível observar nas imagens resgatadas de um vídeo do acervo digital da RBS tv³⁶.

Imagem 5. Imagens obtidas a partir da reportagem da RBStv sobre a construção da ponte da Ilha dos Marinheiros.



Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos>.

Desde 1853 a Câmara Municipal de Rio Grande ressalta a importância da Ilha dos Marinheiros e a necessidade de uma ligação com o continente. Sendo assim,

A prefeitura da cidade do Rio Grande na década de 80, tentando minimizar o isolamento da ilha, implementou um serviço de balsa entre a Ilha dos Marinheiros e a ilha do Leonídio, proporcionando então um acesso por estrada de chão até a Vila da Quinta e posteriormente, pela BR 392, a cidade do Rio Grande e para o resto do estado. O isolamento por terra, que a ilha foi submetida, desde o primeiro projeto que previa a construção de uma ponte a ligando ao continente, elaborado em 1853,

³⁵ Referindo-se à área localizada entre as localidades das Bandeirinhas e os chamados, Fundos da ilha.

³⁶ Rede Brasil Sul de Televisão é uma rede de televisão regional brasileira sediada em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Pertencente ao Grupo RBS, possui 12 emissoras afiliadas à Rede Globo.

somente foi iniciado ao final da década de 70, quando começou a ser construída uma ligação terrestre entre a ilha e o continente. A ponte, um sonho de todos os ilhéus, que iria ligando a ilha ao continente. A ponte só foi concluída no final de 2004. (RECUERO, 2008, p. 48)

A balsa da Ilha dos Marinheiros não operava 24h, seu horário de funcionamento era a partir das 6h até as 21h (aproximadamente). Após esses horários somente era possível entrar na Ilha utilizando barcos particulares.

Imagem 6. Antiga balsa entre a Ilha dos Marinheiros e a Ilha do Leonídeo.



Fonte: RECUERO, 2008.

No ano de 2004, data da inauguração da ponte, se intensificou a exploração da pesca de camarão na Ilha dos Marinheiros, muitos grupos oriundos de Santa Catarina montavam acampamento na Ilha dos Marinheiros. De acordo com os pescadores Ilhéus, a disputa tornava-se injusta, pois os “catarina”, como eram chamados, possuíam veículo próprio para fazer o escoamento do pescado. Alguns pescadores tornaram-se atravessadores e permaneceram na Ilha dos Marinheiros desenvolvendo a função, como é o caso do Senhor Everaldo, citado mais de uma vez pelos entrevistados, que faleceu no ano de 2017.

Existe um certo estranhamento por parte dos pescadores locais com a presença dos pescadores da Torotama e de Santa Catarina, por acreditarem que os territórios pesqueiros acabam por serem ameaçados. Alguns comentários eram recorrentes como “eles vem pescar nas nossas águas” ou “eles invadiram nosso espaço”.

As redes de arrasto (coca e berimbau): todas as técnicas de arrasto são ilegais no estuário da Lagoa dos Patos³⁷ (coca e berimbau). A coca é uma rede que possui na sua extremidade final um ensacador e precisa ser manuseada por dois ou mais indivíduos que caminhando puxam hastes verticais de madeira no fundo do mar³⁸. Com o berimbau a pesca não precisa ser realizada em duplas. Um único pescador pode arrastar até seis redes, aumentando a capacidade de captura. É uma das redes mais utilizadas por pescadores ocasionais³⁹, pela facilidade de manuseio. Ainda que as técnicas de arrasto sejam ilegais na Lagoa dos Patos a sua prática ocorre, posto que a sua apreensão seja recorrente, como mostra a matéria da imagem 7.

Imagem 7. Apreensão de redes e crustáceos na Ilha dos Marinheiros.



Fonte: pesquisa online, disponível em: <<<http://www.guiadapesca.com.br/pelotao-ambiental-realiza-a-maior-apreensao-de-crustaceos-do-ano-na-lagoa-dos-patos/>>> acesso em maio de 2018.

Outra importante arte de pesca é a pesca de tarrafa, tratando-se de uma rede com forma circular com pesos nas pontas que permite o pescador jogá-la na água para captura de peixes.

³⁷ De acordo com PORTARIA IBAMA N° 171-N, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998, as multas podem ultrapassar os R\$ 10 mil reais, além da suspensão do seguro-defeso do pescador (IBAMA, 2017).

³⁸ Os pescadores na Ilha dos Marinheiros referem-se à Lagoa dos Patos como mar, praia ou prainha. Dessa forma será comum a utilização dos termos para se referir à pesca na Lagoa dos Patos.

³⁹ Aqueles que não são pescadores profissionais e não possuem RGP.

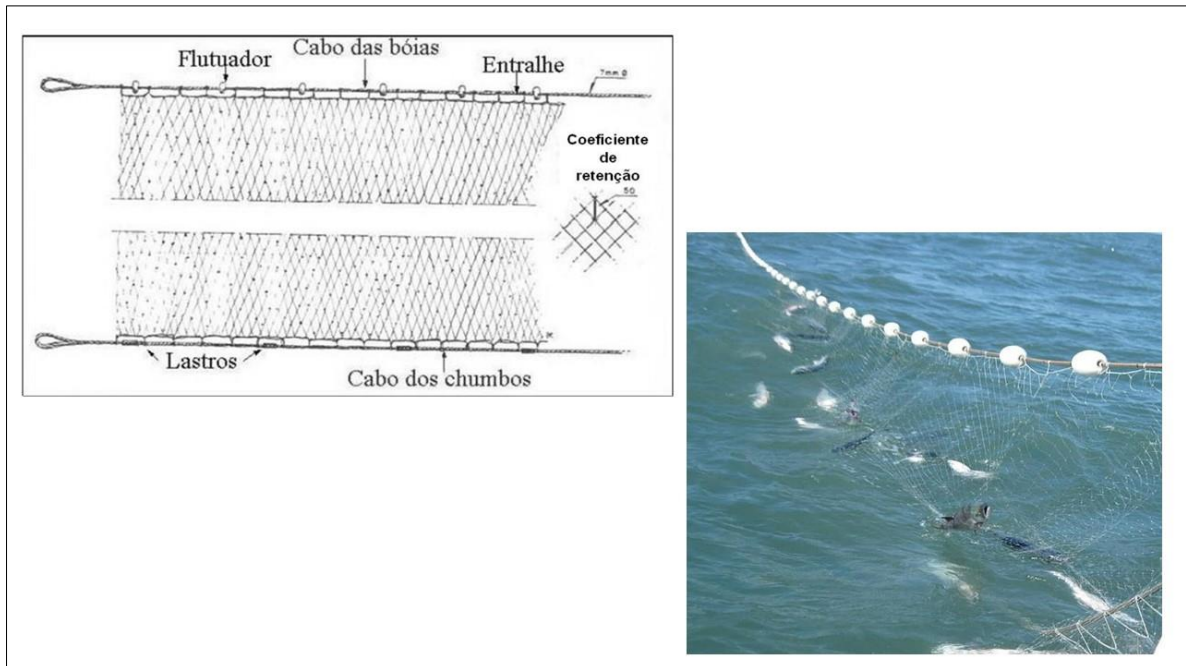
Imagem 8. Pescador fazendo a manutenção da tarrafa.



Fonte: autoria própria, 2019.

As **redes de emalhar**, são tipos redes denominadas “passivas” onde o pescado fica preso devido ao seu próprio movimento entre os fios da rede. Na sua forma, são compostos em retângulos de rede com boias (flutuadores) em uma das extremidades e pesos na outra, lançando as redes em locais com abundância de pescado. Os animais capturados ficam “emalhados” pelos espinhos ou pelos opérculos (também chamados de guelras na Ilha). As redes de emalhar podem ter poucos metros (mais utilizado entre os pescadores artesanais) ou quilômetros (utilizado na pesca industrial). A imagem 9, apresenta um esquema explicativo sobre as redes de emalhar.

Imagem 9. Esquema de um segmento de rede de emalhe e redes sendo recolhidas.



Fonte: ALVEZ, 2007 e < <https://commons.wikimedia.org/wiki> > acesso em 16/05/2018.

No conjunto das artes de pesca podem aparecer também o gererê na captura proposital do siri (*Callinectes sapidus*), sendo um mecanismo composto por redes de pesca que formam um saco onde o siri fica retido. O relato de uma das entrevistadas, Dona Elizabete, diz o seguinte:

Nós pescávamos siri, antigamente com gererê, mas quando tinha muito siri eu pescava *de panela*. Levava uma panela mesmo pra praia e ia colocando o siri dentro com um *porrete*⁴⁰, daí já usava aquela panela mesmo pra ferver o siri. A gente ia perdendo eles pela estrada. (Dona Elizabete em entrevista)

Na pesca do linguado (*Paralichthys orbignyana*) as técnicas mais utilizadas são: a pesca com anzol (diurna) e a pesca com arpão (noturna). Na pesca com arpão é necessária a luminosidade (a lua, por exemplo) para refletir o peixe que se localiza no fundo da Lagoa. A pesca de anzol e linha é realizada por pescadores amadores (geralmente dispostos ao longo da ponte de acesso à Ilha) ou pelos pescadores ilhéus em pequenos grupos. Abaixo, duas imagens registram essas capturas.

⁴⁰ Pedaco de madeira.

Imagem 10. Na imagem à esquerda, pescador profissional segurando linguado. Na imagem à direita, filho de agricultor, morador da Ilha dos Marinheiros praticando a pesca de anzol. Imagens registradas na Lagoa dos Patos, nas proximidades das Bandeirinhas.



Fonte: acervo de Davi Herreira e Danielle Caldas, cedidas pelos pescadores para este trabalho.

A pesca de anzol é praticada por agricultores como pesca ocasional, para complementar a alimentação familiar, sem fins comerciais.

2.2.2 As embarcações

A frota de barcos na Ilha é, em sua grande maioria, motorizada. São embarcações conhecidas como caicos, chalupas (BARENHO, 2009) e botes. Na Ilha dos Marinheiros são 238 barcos incluindo os registrados e os não registrados na capitania dos portos (KALIKOSKI, 2013, p.24). Os barcos com tamanho superior a 12 metros não podem pescar no estuário, de acordo com a lei nº 171 de 22 de setembro de 1998.

De acordo com os pescadores, caicos e botes se distinguem no seu formato e não necessariamente pelo seu tamanho. A popa dos caicos é estreita e a dos botes é quadrada, como a das chalupas. Nas imagens X e X estão registrados um caico e um bote, respectivamente.

Imagem 11. Caico e bote na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes.



Fonte. Autoria própria, 2018.

Acima à esquerda, ornamentado com decorações azul e branca características da festa de Nossa Senhora dos Navegantes (2 de fevereiro) um caico, com popa estreita e na imagem ao lado, um bote, com popa reta, como informado em entrevista. Ambos não diferem no tamanho (comprimento), mas na forma da sua estrutura. As embarcações conhecidas como chalupas (imagem 12) quando superiores a 12 metros não podem pescar no estuário, mas permanecem ancoradas nos trapiches existentes na Ilha dos Marinheiros.

Imagem 12. Chalupa (à frente) com caico auxiliar sem motor (ao fundo).



Fonte: Autoria própria. Fevereiro/2018.

As chalupas são embarcações que possuem mais do que cinco metros, com motor, cabine e pescam fora do estuário quando maiores de 12 metros respeitando a lei ou quando existe a necessidade de captura em outros territórios pesqueiros, geralmente municípios próximos como São Lourenço do Sul e Pelotas.

Através de imagens é possível perceber que os barcos aumentaram seu tamanho (comprimento e largura) ao longo dos anos. A imagem 13 foi registrada entre 1970 e 1980 (a data fornecida pelo autor da imagem é imprecisa) e exhibe os barcos da época enfileirados, atracados nas proximidades do Mercado Municipal de Rio Grande, em frente às Docas, que por sua vez ficam ao lado da Biblioteca RioGrandense. Nesse cenário eram comercializados, além dos pescados capturados, produtos oriundos da pequena lavoura, como pode ser observado dentro de cestas de vime produzidas pelos próprios moradores (alguns pequenos agricultores ainda produzem as cestas). Ao fundo da imagem uma aglomeração de indivíduos no local onde eram realizadas as feiras ao ar livre, que hoje ocorrem no Mercado Hortifrutigranjeiro, localizado na rua Comendador Vasco Viêira da Fonseca, onde há atracadouro para os barcos da Ilha dos Marinheiros.

Imagem 13. Barcos atracados nas docas do mercado público de Rio Grande/RS.



Fonte: acervo pessoal de José Albañez. Sem data.

Os barcos eram movidos à vela, visivelmente se observa os mastros com os tecidos recolhidos. Os cestos com frutas e preenchidos com macega fazem alusão à feira que ocorre ao fundo da imagem, a comercialização, atualmente, ocorre no Mercado Hortifrutigranjeiro do município. Abaixo imagens registradas na festa de Nossa Senhora dos Navegantes no ano de 2018.

Imagem 14. Embarcações de pesca na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes em frente ao Mercado Público.



Fonte: autoria própria, 2018.

As embarcações passaram a ser motorizadas, aumentaram de tamanho (comprimento e largura), foram cabinadas e alguns pescadores em entrevista relataram a utilização de instrumentos como: como sondas, rádios, televisores e internet. Esses materiais auxiliam na pesca atualizando informações sobre o clima e aumentando a segurança no mar (devido à ocorrência de furtos) já que a comunicação entre pescadores pode ser realizada pelos celulares utilizando chamadas ou pelo aplicativo WhatsApp. O aumento das embarcações também permite a saída para outras áreas fora do estuário com mais segurança e condições de conforto para que o pescador permaneça longe da sua residência.

A aquisição de materiais utilizados nas embarcações, como os motores e sondas, foi incentivada por programas governamentais como o Pronaf/Pesca, programa voltado para a aquisição de materiais para pesca através de duas modalidades: o Pronaf custeio e o Pronaf investimento. O Pronaf custeio se destina as despesas feitas pela atividade ao longo do ano, como combustível, gelo e manutenção das embarcações. O Pronaf investimento objetiva a aquisição de novos equipamentos, sejam embarcações, motores ou redes de pesca. Pescadores artesanais da Ilha dos Marinheiros deixaram de utilizar esse sistema no ano de 2019, de acordo com as instituições responsáveis (Banco do Brasil) o maior motivo é o elevado índice de inadimplência.

2.2.3. As principais espécies capturadas e a primeira comercialização



Entre as espécies mais capturadas na Ilha estão o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), a corvina, (*Micropogonias furnieri*), a tainha (*Mugil platanus*) o siri (*Callinectes sapidus*), o linguado (*Paralichthys orbignyana*) e o peixe-rei (*Odontesthes sp*), além de outras espécies menos comercializadas como o bagre (*Genidens barbatus*) e a savelha (*Brevoortia pectinata*).



A comercialização do pescado capturado ocorre de maneiras distintas, entre elas: (i) a venda direta nos trapiches, (ii) por intermédio dos atravessadores (com ou sem beneficiamento) e (iii) para compradores esporádicos, após ser mantido congelado nos freezers dos domicílios.



O valor da primeira comercialização foi obtido em entrevista com os pescadores e revela um dos motivos para a necessidade de múltiplos ingressos de renda na UEBF: o valor do quilo na primeira comercialização é ínfimo. É por essa razão que a venda direta só ocorre em duas situações: quando existe a necessidade imediata de dinheiro na UEBF ou, quando a UEBF possui muitas atividades e não dispõe de tempo para realizar o beneficiamento.

Abaixo, segue a tabela 4, com as principais espécies, seu ciclo de vida, a imagem correspondente e o valor da primeira comercialização.

Tabela 4. Principais espécies capturadas, seus ciclos de vida e o valor da primeira comercialização.

Espécie	Características e ciclo de vida	Imagem de referência	Primeira comercialização
Camarão-rosa, <i>Farfantepenaeus paulensis</i>	Espécie dependente do estuário. Os adultos desovam em águas da plataforma, abaixo de 50 m de profundidade, gerando ovos demersais que se desenvolvem em larvas planctônicas. Ao se aproximarem de estuários, as larvas desenvolvem um hábito bentônico, fixando-se em áreas rasas, onde crescem por alguns meses, até atingirem a fase pré-adulta, quando migram para o oceano e reinicia o ciclo. A fase de crescimento no estuário pode durar entre 4 e 10 meses, quando alcançam aproximadamente 7 cm de comprimento. As larvas entram com graus variáveis de sucesso no estuário o ano todo, mas principalmente na primavera e verão, dependendo da forçante ambiental do vento e vazante de água doce.		O valor da primeira comercialização depende da disponibilização da espécie oscilando entre as safras de R\$ 7 à 15Kg.
Corvina, <i>Micropogonias furnieri</i>	A espécie depende do estuário da Lagoa dos Patos como berçário e local de alimentação. As corvinas desovam durante a primavera e o verão em águas costeiras sob influência do escoamento de água doce da Lagoa dos Patos. Os adultos migram para o estuário em setembro-outubro e deixam a área em dezembro-janeiro. Juvenis e sub-adultos de corvinas ocorrem durante todo o ano perto da costa no estuário da Lagoa dos Patos. Os adultos se dispersam sobre a plataforma e migram do Uruguai para o sul do Brasil durante o outono e o inverno e para o Uruguai no verão.		Primeira comercialização: R\$ 3,00Kg.

<p>Tainha representada principalmente por <i>Mugil platanus</i></p>	<p>A tainha ocorre o ano todo na Lagoa dos Patos e nas águas costeiras adjacentes. Os juvenis são mais abundantes no inverno e na primavera em áreas de berçário da lagoa. No outono, adultos de tainha deixam o estuário e iniciam a sua migração reprodutiva. A desova ocorre em águas mornas próximas à costa, entre o final do outono e o inverno. Ovos e larvas são transportados do local de desova para a zona de surfe, seguido por uma migração ao longo da costa para o estuário da Lagoa dos Patos.</p>		<p>Primeira comercialização: R\$ 5,00Kg.</p>
<p>Siri <i>Callinectes sapidus</i></p>	<p>Habita praias lodosas sendo abundante em água salobra. A fêmea na época da eclosão dos ovos retorna ao mar para que as larvas se desenvolvam. Duas fases no ciclo de vida: marinha (fase pelágica), onde os ovos eclodem e se desenvolvem para o estágio de zoea até o estágio de megalopa quando então migram para águas estuarinas em busca de proteção e salinidades mais baixas. É nesse local que atingem os estágios juvenis e posteriormente adultos aptos à cópula que ocorrerá no estuário.</p>		<p>Primeira comercialização: R\$30,00 por caixa, que possui em média 6Kg de siri.</p>

<p>Linguado <i>Paralichthys orbignyana</i></p>	<p>Peixe bentônico de fundos arenosos ou rochosos, encontrado até 20m de profundidade geralmente enterrado na areia, comum em águas estuarinas. Os juvenis alimentam-se principalmente de larvas de poliquetas e camarões. Reproduz-se principalmente na primavera.</p>		<p>Primeira comercialização: R\$10,00Kg.</p>
<p>Peixe-rei <i>Odontesthes sp</i> ou <i>Odontesthes argentinensis</i></p>	<p>Durante o período reprodutivo, deslocam-se para as águas mais rasas e calmas dos estuários. Atingem 23 cm no estágio de maturação com cerca de dois anos. A desova parcelada ocorre entre o final do inverno e o início da primavera. Os ovos se fixam à vegetação por meio de filamentos. Entre a primavera e o verão aparecem os juvenis, que se deslocam para áreas mais próximas da desembocadura do estuário.</p>		<p>Primeira comercialização: R\$7,00Kg.</p>

Fonte: Adaptado pela autora de: VASCONCELLOS, M; KALIKOSKI, D. 2013 e FISCHER, L; PEREIRA, L; VIEIRA, J. 2011. Friends of Georgia Pond Foundation online <https://friendsofgeorgiapond.org/> às 16h47min, 17/02/2019. <http://www.aquaculturebrasil.com/2017/12/06/o-que-sabemos-sobre-producao-do-linguado-paralichthys-orbignyana/> às 18h00min, 17/02/2019. <https://www.fishbase.se/photos/PicturesSummary.php?ID=12927&what=species> 17/02/2019. Fonte: FAO; FAO; SCHEUER, 2017; Friends of Georgia Pond Foundation; Aquaculture Brasil e Fishbase.

O camarão-rosa possui o maior preço na primeira comercialização, sua safra ocorre de 2 de fevereiro à 30 de maio, quando o camarão atinge o tamanho legal para a captura (9cm)⁴¹, mas o aparecimento do crustáceo pode ser observado no estuário a partir dos meses de novembro e dezembro. A pesca predatória é um grande risco para o desenvolvimento da espécie que acaba por ser capturada na fase juvenil, impedida de se desenvolver e reproduzir, causando impacto nas safras seguintes.

Os pescadores ilhéus tem demonstrado se especializar na pesca do camarão, em detrimento de outras espécies com ciclo de vida mais longo, como o bagre e a miragaia⁴² (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007) compensam com maior esforço pesqueiro em suas capturas, pois o valor da primeira comercialização é mais elevado. O camarão pode atingir R\$15,00 enquanto a tainha, por exemplo, não ultrapassa os R\$5,00/Kg⁴³. A modificação do esforço para a pesca também está relacionado com as possibilidades de novas atividades econômicas e ingressos monetários, como seguro-defeso, que se tornaram tão vitais para as famílias quanto a atividade econômica principal.

É importante compreender o calendário pesqueiro, pois pode afetar diretamente nas atividades da UEBF e a distribuição renda, bem como na distribuição da mão de obra disponível na família em determinados períodos do ano. Podemos observar que o período da safra de camarão (a mais importante pelos Ilhéus) ocorre concomitantemente ao período das férias escolares, garantindo o envolvimento dos filhos nos afazeres pesqueiros. Também possibilita uma maior disponibilidade de vendas para compradores ocasionais, que se intensificam no verão, estimulando a comercialização direta nos trapiches ou em pequenos mercados locais.

2.2.4 O esforço pesqueiro: o cotidiano dos pescadores

Durante alguns meses, foi incluída como parte da metodologia a observação do trabalho dos pescadores artesanais no período da safra do camarão (no ano de 2018), com o intuito de criar narrativas que fossem capazes de expressar o cotidiano e por

⁴¹ Lei 11.959 de 29 de Julho de 2009 dispõe sobre o seguro defeso e Instrução Normativa nº 171-N de 22 de setembro de 1998, d IBAMA, regulamenta as atividades pesqueiras no Estuário da Lagoa dos Patos.

⁴² *Pogonias cromis* Linnaeus 1766, a miragaia. *Genidens barbatus*, bagres.

⁴³ Informado por pescadores.

assim, dar conta do esforço de trabalho que envolve as pescarias, além de simplesmente narrar as artes de pesca presentes em tantos trabalhos acadêmicos sobre o tema, como Benedet, Dolci e D'incao (2010), Martins (1997), Ruas (2010).

A rotina de trabalho envolve todos os membros da família, ainda que tenha se observado a diminuição da participação e envolvimento dos filhos que indiretamente também são responsáveis por atividades em terra necessárias para a pesca, como a manutenção dos equipamentos. Há outras, como verificar a embarcação, as redes de arrasto ou os saquinhos que recebem cuidados diários, pois o siri, ao cair na rede faz muitos furos com as “garras”. As baterias precisam estar carregadas e as caixas higienizadas. O barco sempre precisa estar organizado, pois pescadores dormem embarcados quando se distanciam demais da costa.

No verão, a rotina de preparação inicia no final da tarde. Muitos pescadores dirigem-se até os “trapiches” em tratores com carroceria pequena, onde carregam os aparatos. Em geral, fardados com macacões plásticos e muitas caixas de monobloco. A pesca (do camarão) se estende durante a noite, para aqueles que pescam de saquinho, existe um movimento de levantar e esvaziar os saquinhos diversas vezes nesse período. Em algumas situações levam pequenas Tv's, rádios e telefones celulares para entretenimento durante a noite.

No dia seguinte, o desembarque, ocorre de maneiras distintas. Alguns pescadores vendem o camarão diretamente nos trapiches para os compradores que aguardam. Outros vendem o camarão para os atravessadores, através de acordos previamente estabelecidos entre ambos. Aqueles que pescam o camarão em locais de maior profundidade geralmente são mais procurados pelos atravessadores devido ao tamanho homogêneo do camarão, como foi relatado em entrevista.

Imagem 15. Pescador verificando as redes nas Bandeirinhas, Ilha dos Marinheiros, ao fundo da imagem podemos ver a Ilha da Torotama.



Fonte. Autoria própria. Bandeirinhas, 2018.

Existem também aqueles que levam o pescado para realizar o beneficiamento, geralmente é executado pelas mulheres, nos domicílios ou entre pequenos grupos. Até aproximadamente o ano 2010, existiam galpões para o beneficiamento de camarão, onde atuavam os grupos de “catarinhas” e os ilhéus, como na imagem abaixo.

Imagem 16. Galpão de descascar camarão na Ilha dos Marinheiros.



Fonte: Recuero, 2008.

Na imagem de Recuero (2008) acima, podemos observar os antigos galpões de descascar camarão. Ainda há remanescentes dessa atividade nos dias atuais, mas o beneficiamento tem se voltado para a esfera domiciliar. Pode-se observar algumas questões interessantes nessa fotografia. Impossível passar despercebida a divisão do trabalho a partir do gênero; só existem mulheres na imagem. A composição geracional é impressionante: a menina com uma pequena bacia disposta à sua frente, abarrotada de camarões, aprende a atividade.

As formas de beneficiamento irão inferir no valor final do produto, como apresentado mais adiante. O beneficiamento dos peixes é feito através da descamação e fileteamento, o camarão precisa ser descascado cru ou pré-cozido e o siri passa pelo processo de cozimento, limpeza e a separação da carne.

Logo em seguida a entrega do pescado, o pescador faz as atividades de limpeza e manutenção. Se alimenta, dorme um sono mais prolongado quando possível e retorna para o mar. A pesca de arrasto durante o dia também é comum e após a liberação da safra não é feito um controle rigoroso sobre as artes de pesca que estão sendo utilizadas.

A comercialização do pescado na Ilha dos Marinheiros é importante para este trabalho. Foi possível constatar a substituição do beneficiamento de pescado em algumas famílias em detrimento da injeção de novas fontes de renda na Unidade Familiar. Em um estudo feito por Kalikoski (2013) observou que:

No município de Rio Grande, o lucro líquido médio varia de R\$1 975/ano (pior cenário) a R\$13 735/ano (melhor cenário). No pior cenário, a porcentagem de pescadores nas principais comunidades pesqueiras que tiveram um lucro líquido abaixo do salário mínimo nacional (R\$510.00/mês ou R\$6 120/ano) varia entre 12.5% e 54.7%. Entre 75% e 100% dos pescadores ficariam nesse nível de lucro líquido no pior cenário. As localidades com os maiores lucros individuais são a Barra, Bernadeth e Bosque, e aquelas com os baixos lucros líquidos mais são as localidades rurais da Torotama e Marinheiros. (KALIKOSKI, 2013, p. 114)

De acordo com relatos, atualmente a venda do camarão ocorre através da venda direta com preços que variam entre R\$10,00Kg. Com beneficiamento o quilo do camarão pode atingir o valor de R\$40kg. Nem todos os pescadores, contudo, podem ou preferem esperar pelo processo de beneficiamento, preferindo receber o dinheiro no ato do desembarque.

Outros ainda dividem a atividade da pesca com a agricultura, o que impossibilita realizar o beneficiamento, porém esses não são entendidos como pescadores

profissionais, foram entrevistados em outros momentos e não somam nos dados aqui apresentados.

Peixes como o peixe-rei, a tainha e a corvina são vendidos, na maioria dos casos, com algum tipo de beneficiamento, seja a descamação, a limpeza, em postas (partes) ou o fileteamento. Isso diminui a perecibilidade do peixe somado ao armazenamento nos freezers. O ingresso de novas fontes de renda ganhou espaço na Ilha dos Marinheiros nos últimos anos, no mesmo passo que a diminuição da mão de obra familiar é um dado significativo para a diminuição da produtividade. Ao longo da pesquisa, se observou que a maior parte das UEBF tem apenas um indivíduo pescando no mar, geralmente homem entre 30 e 50 anos, com ensino fundamental incompleto na maioria dos casos, pescador profissional com RGP. Também é recorrente que seja filho de pescadores e tenha crescido desenvolvendo a atividade, o que não é o caso dos jovens moradores da Ilha entre 14 e 25 anos. As novas fontes de renda são oriundas de atividades que não estão necessariamente ligadas à pesca. Ainda de acordo com Kalikoski (2013);

A produtividade, por sua vez, é uma questão complexa relacionada com o nível de capitalização de unidades pesqueiras, o esforço de pesca, as espécies-alvo, as estratégias pesqueiras (incluindo variações em tecnologias, práticas, áreas e períodos) e variações na produtividade dos pesqueiros. Vejamos, por exemplo, duas localidades com níveis opostos extremos de produtividade: a Torotama (produtividade média de 3 119 kg/pescador/ano) e a Z3 (15 171 kg/pescador/ano). (KALIKOSKI, 2013, p. 113).

No passo que a produtividade dos pescadores artesanais na Lagoa dos Patos e na Ilha não aumentou (baseado nas informações de campo as safras estão diminuindo a cada ano) a renda familiar não sentiu prejuízo monetário fora das safras. A injeção de novas fontes de renda, principalmente em regime de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT garantem uma estabilidade financeira para a Unidade. O êxodo dos residentes entre 20-30 anos ainda é um fenômeno recorrente (BASTOS,2006); buscando a cidade para estudar e trabalhar, porém quando perguntados, a maioria dos jovens prefere morar na Ilha, mas não depender da pesca.

Através do programa Brasil Sem Miséria⁴⁴ a pescadora V* liderança entre os pescadores tornou-se sócia proprietária de um estabelecimento comercial de petiscos, almoços e lanches. Segundo a entrevistada:

⁴⁴O Brasil sem Miséria foi um programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. Lançado em 2011, o programa tinha como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas.

Tudo que vendemos vem do que a gente pesca. Eu já queria montar esse negócio, daí apareceu o E* me dizendo sobre esse projeto do Brasil Sem Miséria que é junto com a Emater. Eu me inscrevi e convidei mais onze pescadoras porque meu objetivo era ter uma renda extra só para as mulheres. A gente fez curso, mas quando viram que a gente teria que colocar dinheiro do bolso elas caíram fora, ficou só eu e a S*. Ela é minha sócia, aprendi até gestão e culinária. Ano passado faturamos mais do que no camarão. Então, a rotina é assim: dia de semana a gente tá pescando e descascando, aí sexta a gente começa a fazer os bolinhos e preparar tudo pra sábado e domingo. Tu conhece! Trabalham comigo a C* e a Ca*. A C* veio toda boba mostrar as roupas que comprou com o dinheiro dela. Pagamos 70R\$ por dia, e esse ano vai ter mais os 10%, pra estimular elas. Tu tinha que ver, montamos tudo sozinhas, trazendo macega de bote, perigando cair de cima das macegas, mas eu tenho orgulho, porque a Emater veio até parabenizar a gente. Deu certo e são só mulheres. (Entrevista concedida em outubro de 2018)

A transformação econômica da diversificação de renda acaba por afetar a autoestima, principalmente das pescadoras, pois é o maior agente transformador do cenário, seja através de novos ingressos de renda, do acesso à educação e escolarização (que vem aumentando entre as mulheres), seja pelas estratégias comerciais diferenciadas. A venda de produtos alimentícios derivados da pesca também vem ocorrendo. Foi possível observar nas saídas de campo no mês de agosto, que algumas famílias começaram a vender bolinhos de peixe e siri congelados, salgadinhos para festas, tortas frias e outros produtos, todos com o resultado da captura na Lagoa, agregando valor ao produto original. Fora a comercialização direta, porta a porta ou no desembarque ocorre a comercialização feita através dos atravessadores; figura controversa no mundo da pesca e da agricultura.

2.2.4 O atravessador

O atravessador de pescado foi, durante muitos anos, a personificação da expertise do pequeno comerciante que foi ou nasceu em uma família pescadora, mas percebeu que aumentaria seu ganho realizando uma ponte entre o pescador e os consumidores, numa cartela ampla de opções de compradores de pescado, como varejistas, atacadistas, restaurantes e municípios com difícil acesso a pescados de origem marítima. Essa ponte também é feita na agricultura. No caso do município de Rio Grande, o aumento do número de supermercados⁴⁵ (consequência do aumento populacional e disputa de mercado) incentivou e intensificou o trabalho do atravessador.

⁴⁵ Guanabara é o maior comprador de Hortifruti proveniente da Ilha dos Marinheiros e está localizado em diversas localidades do município, do Balneário ao centro da cidade, somando nove supermercados. Além da rede de supermercados Guanabara Rio Grande possui redes de atacado como Atacadão e Maxxi e as redes Walmart, com um prédio em funcionamento cada.

No caso da pesca e agricultura, o valor comercializado para o atravessador sempre é um valor abaixo do valor médio estipulado pelo mercado na venda direta, principalmente quando ocorre beneficiamento de pescado. Durante muitos anos (e em alguns casos atualmente) o pescador artesanal esteve numa relação de dependência com o atravessador, de acordo com Carvalho (2015) “em cada núcleo pesqueiro podem atuar um ou mais intermediários, que são importantes para o custeio da produção ao financiarem a compra de combustível e a manutenção das embarcações” (p. 2350) e em alguns casos essa relação de dependência estendeu-se até a venda de produtos alimentícios por parte dos atravessadores, com valores quase três vezes mais elevados que nas estantes dos supermercados.

A literatura especializada em pesca artesanal, por sua vez, narrando essa atividade, tratou o atravessador como uma figura obscura dentro dessas comunidades, como nos diz Souza (2006),

O fato do pescador depender mais do atravessador prejudicou os próprios pescadores, pois essa prática diminui o ganho do pescador, dada pela falta de força (organização) dos pescadores como um segmento social, além disso essa prática eleva o custo do pescado para o consumidor (SOUZA, 2006, p.11) (...) Com certeza, essa exploração só foi possível pela falta de organização dos pescadores, aliada a falta de fiscalização da produtividade por falta do Estado, que deveria defender os recursos naturais renováveis pertencentes ao domínio público (SOUZA, 2006, p.12).

A imagem que se construiu ao longo dos anos, do atravessador que explora o pescador artesanal trás consigo uma carga de indignação e revolta, que ultrapassa os limites da realidade. Na contemporaneidade, o atravessador é, em muitas ocasiões, alguém conhecido, que barganha o melhor preço do pescado entre os pescadores numa relação comercial estabelecida e legalizada. A dependência outrora observada (inclusive na Ilha dos Marinheiros) não ocorre mais da mesma forma, visto um aumento na facilidade de acesso dos pescadores aos supermercados, meios de locomoção⁴⁶, estabelecimentos comerciais na própria Ilha ou que transitam diariamente nela⁴⁷, sistema básico de saúde com posto médico, escolas e atividades de lazer.

Dessa forma, a função do atravessador é comprar as capturas para posterior venda local ou distribuição regional. Evidentemente, o valor final do produto para o

⁴⁶ Em alguns casos apenas um morador da área possui veículo próprio, mas traz as compras encomendadas pelos colegas e vizinhos sem nenhum custo.

⁴⁷ Na Ilha dos Marinheiros o padeiro, a fruteira, o gás e outros produtos são vendidos em automóveis particulares que circulam na estrada.

consumidor será elevado se comparado à venda direta, mas o alcance da distribuição do pescado é muito maior, com diminuição dos riscos da alta perecibilidade do pescado.

Não existe, tampouco, um regime de exclusividade entre os pescadores Ilhéus e os atravessadores. É de responsabilidade e interesse do pescador optar pela venda. Em uma das entrevistas, foi informado um caso em que essa opção é viável.

Então, tem dois jeitos que eu vendo. Quando a safra é muita, é melhor vender, porque eu já coloquei camarão fora e isso é um crime, a gente ganha pouco, mas ganha. Tem sempre o problema de vender numa safra e às vezes receber só na outra, mas aí na outra tu tem aquele dinheiro, vai que é uma safra ruim e isso te dá um *pulmão*, entende? Mas vender pro atravessador sempre sai mais barato, ele procura quem vende mais barato e aí se faz o comércio, é isso. (Coletado em entrevista, fevereiro 2018).

Assim, a organização desses pescadores também influencia na dificuldade da venda direta, principalmente no que dizia respeito aos meios de produção, sendo complicado garantir o armazenamento do pescado, não por falta de energia elétrica, mas pela ausência de freezers com grande capacidade de armazenamento. A pesquisa constatou que todos os pescadores(as) entrevistados possuíam *freezers* em sua residência, o que era completamente diferente nos cenários anteriores aos anos 2000.

É interessante observar, que, ainda que o processo de independência na comercialização caminhe em passos lentos, houve mudanças significativas nos últimos vinte anos. A aquisição dos freezers e a melhoria das casas dos pescadores, através do programa municipal de financiamento da casa própria, foram modificações essenciais para o setor pesqueiro e a qualidade de vida, como mostra a reportagem da página oficial da Prefeitura Municipal de Rio Grande.

O Programa Minha Casa Minha Vida também merece destaque através do eixo PNHR, o Programa Nacional de Habitação Rural que foi criado pelo Governo Federal através da Lei 11.977/2009 com a finalidade de auxiliar o agricultor familiar, o trabalhador do campo e outras comunidades tradicionais a acesso à moradia. Atua na construção de novas casas ou reformando casas existente através de uma taxa de juros reduzida em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Imagem 17. Secretaria da Agricultura (SMAG) em reunião sobre financiamento da casa própria na Ilha dos Marinheiros.



Fonte. Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2017.

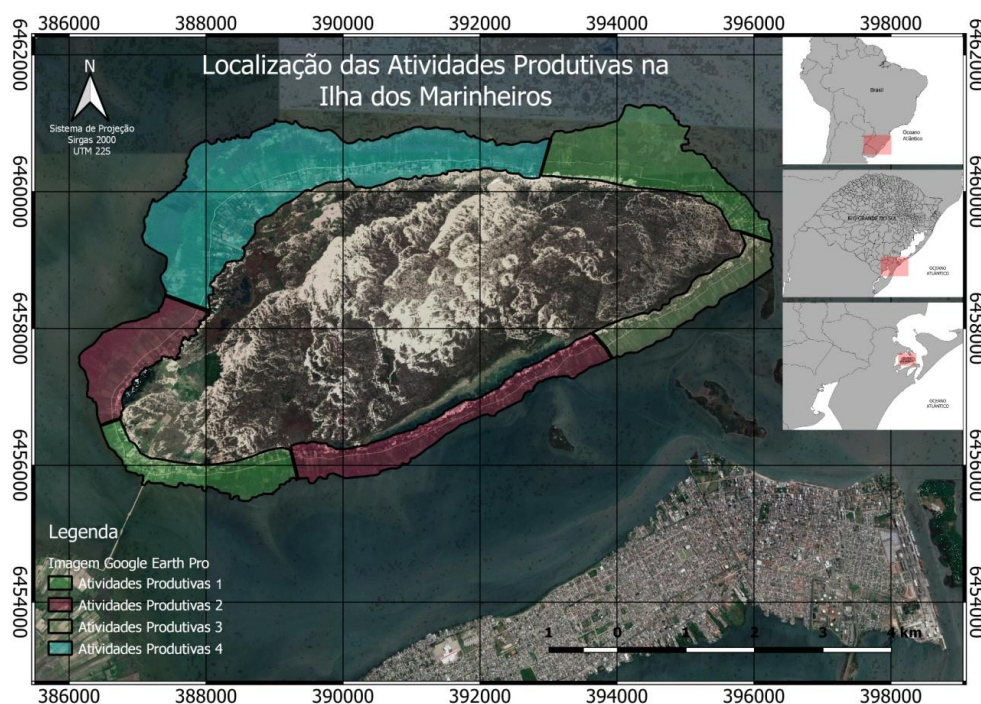
O acesso e esclarecimento dos pescadores sobre compra, venda, incremento de novas técnicas e tecnologias, fez com que a relação entre atravessador/pescador, pudesse ser concebida como uma relação econômica com graus de formalização nos moldes do sistema capitalista.

2.3 As áreas de atividade produtiva

Pela importância das atividades produtivas existentes na Ilha, foi elaborado um novo mapa em relação ao mapa da página 37 da Ilha dos Marinheiros onde é possível atentar para o local onde se desenvolvem as atividades de pesca e agricultura com suas especificidades. Desta maneira, é possível organizar e sistematizar a pesquisa através das áreas de interesse onde é praticada a pesca. A delimitação das áreas de atividades produtivas, foi realizada com atividades de campo. Os critérios adotados para a divisão foram: observação do universo material que envolve as atividades (ou seja, a presença de barcos, redes de pesca, instrumentos de lavoura, tratores, galpões e etc), a predominância ou não das chácaras⁴⁸ e a concentração habitacional, revelando a ausência de terras para o manejo que, em geral, caracterizam o agrupamento de pescadores. A partir dos critérios adotados foi possível formar um mapa representado na figura 3.

⁴⁸ Propriedade rural voltada para a pequena criação de animais, o plantio de frutas e legumes.

Figura 3. Distribuição e localização das áreas de atividades produtivas na Ilha dos Marinheiros.



Fonte: Laboratório de Climatologia e Cartografia (LaCCA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Na figura 4, onde foram formuladas as áreas de atividades produtivas, definiu-se que:

Áreas das atividades produtivas 1 – sob a coloração verde escura no mapa, estão presentes nas Bandeirinhas na Marambaia e na Coréia. São áreas onde se concentram os pescadores e pescadoras que, em geral, não praticam agricultura e a criação de animais.

Áreas das atividades produtivas 2 – registradas em vermelho, concentra os agricultores que se identificam como cebolicultores, que ocasionalmente cultivam outros alimentos, como o melão e a alface. São agricultores que praticam a pesca do camarão no verão e dedicam-se também a criação de animais bovinos e aves. Na área é possível verificar a diversificação das atividades produtivas.

Áreas das atividades produtivas 3 – As áreas sob coloração verde transparente encontram-se os agricultores dedicados a cultivos de couve, alface, tomate, pimentão, pimenta e flores, de acordo com seus ciclos de plantio e colheita. Diversos estabelecimentos surgiram nessa área nos últimos cinco anos, em grande parte estimulados pelo turismo na área: campings, quiosques para alimentação, venda de

produtos típicos como a Jurupiga (bebida típica e considerada patrimônio imaterial da Ilha) e a venda dos produtos cultivados.

Imagem 18. Foto realizada na saída de campo para reconhecimento das áreas da Ilha dos Marinheiros, Porto do Rei, banca de Jurupiga do Hermes.



Fonte: Bruno Telles.

Áreas das atividades produtivas 4 – Na área estão os pescadores que também plantam alface, couve e tomate, criam pequenos animais como aves para o consumo familiar.

Além das atividades produtivas elencadas a produção de morangos, iniciada pelo Senhor Abílio Ruas destaca-se na paisagem da Ilha dos Marinheiros pela diferenciação técnica necessária ao plantio dos morangos com relação aos cultivos tradicionais na Ilha, como a cebola.

Imagem 19. Morangos do Senhor Abílio na área limite entre as Bandeirinhas e o Porto do Rei, dentro da área de atividade produtiva 2.



Fonte: autoria própria, 2018.

Na imagem acima, os morangos do Seu Abílio estão recebendo estruturas necessárias para proteger o morango da geada⁴⁹, frequente no inverno da região Sul. Os morangos precisam ser cobertos à noite e descobertos na manhã seguinte, até o período de frutificação.

Uma das abordagens voltada para o estudo das atividades agrárias, e poderia ser desenvolvida é a abordagem sistêmica, entendendo as atividades produtivas como sistemas produtivos, mas convém lembrar que essa perspectiva exigiria profundidade, tanto na teoria sistêmica, quanto em outros estudos relacionados.⁵⁰

Fontoura (2009) utilizou a metodologia ao analisar as relações sociais de produção no município de São José do Norte/RS. Para o autor:

A estratégia de identificar os sistemas de produção tem por objetivo demonstrar as diferenças na divisão do trabalho e da racionalidade dos negócios ao nível das unidades de produção, bem como a potencialidade de cada grupo e suas estratégias de reprodução, para que, num segundo momento, se possa identificar que agentes determinam o processo gerador

⁴⁹ Geada é a formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta devido à queda de temperatura. A principal causa da formação de geada é a advecção de massa de ar polar.

⁵⁰ MIGUEL, Lovois de Andrade. (org) Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. Porto Alegre: 1ªed. Editora: UFRGS, 2009.

destes contrastes e, principalmente, como estes se mantêm. (FONTOURA, 2009, p. 31)

Fontoura (2009) ao analisar os agentes que determinam o processo gerador dos contrastes estruturais de cada área produtiva, no trabalho, racionalidade e potencialidades do grupo, mas sua divisão do espaço a partir das atividades produtivas que são desenvolvidas foi a base para a concepção do mapa (página 66), que será útil para apresentar a Ilha dos Marinheiros a partir da perspectiva da sua potencialidade econômica diversa. A agricultura, por sua vez, não se limita a cebolicultura, como no passado, mas uma diversidade de alimentos tem sido produzida pelos Ilhéus, entre eles: ervilha, couve, alface, tomate, melão e morango.

3. UEBF NA ILHA DOS MARINHEIROS: A DIVERSIFICAÇÃO DE RENDA COMO ESTRATÉGIA ECONÔMICA.

3.1 Pluriatividade e multifuncionalidade na pesca artesanal.

A utilização do termo pluriatividade teve início nos anos 1970, através dos estudos agrários onde se observou o surgimento de atividades não-agrícolas sendo incorporadas à agricultura. Nesse período *pluriactivité* era empregado como sinônimo para outras terminologias como o *part-time farming* (agricultura de tempo parcial) ou *multiple job holding farm household* (MJHFH). As terminologias utilizadas para explicar o fenômeno da diversificação de renda tinham em comum o entendimento de que atividades não-agrícolas faziam parte do arranjo econômico familiar, mas discordavam enquanto método de análise.

O *part-time farming* tinha como objetivo contabilizar o tempo de trabalho dedicado na propriedade pelo indivíduo ou por sua família. O conceito de *multiple job holding farm household* (MJHFH) utilizava para a análise três pressupostos básicos além da disponibilidade de tempo de trabalho: a composição demográfica das famílias, a tomada de decisão dos indivíduos e a situação local e histórica da propriedade, Fuller (1984).

O termo *pluriactivité*, por sua vez, tratava da combinação de uma ou mais formas de renda dos membros da família, sem levar em conta, necessariamente o tempo gasto para o desenvolvimento destas atividades, Fuller e Brun (1988) afirmam que:

[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis (Fuller e Brun, 1988, p. 150).

A pluriatividade, portanto, desloca o foco da atividade agrícola para a possibilidade do emprego de diversas fontes de renda expressas em relações formais ou informais de trabalho, através de pagamento em dinheiro ou permuta e a troca de favores (o que irá refletir no cálculo do orçamento familiar final). De acordo com Schneider (2009) é justamente a capacidade de absorver questões internas e externas da

atividade agrícola que desagradou alguns pesquisadores, como Carneiro (1996) que procuravam por uma delimitação mais rigorosa de análise (Schneider, 2009, p. 79).

O conceito de *part-time farming* acarretou a ideia de *full time farming* (agricultura em tempo integral), nesse aspecto a pluriatividade assume uma posição negativa dentro da unidade doméstica, uma necessidade passageira até atingir um ideal de trabalho, o *full time*, ou no caso da pluriatividade a monoatividade. Ao adotar o uso do termo pluriatividade de forma homogênea entre as pesquisas em Sociologia Rural alguns temas também passaram a ser incorporados na análise como “a ligação da agricultura com o sistema agroalimentar, as relações dos agricultores com os mercados de trabalho e os aspectos intrafamiliares decorrentes do novo padrão de relações sociais e econômicas entre homens e mulheres” (Schneider, 2009, p. 78).

Contudo, foi a partir de uma iniciativa entre pesquisadores da Comunidade Econômica Européia (CEE) chamado Arkleton Trust Project que a pluriatividade passou a ser unânime como termo utilizado, de acordo com Schneider (2009)

[...] essa pesquisa representou, inegavelmente, um marco no estudo da pluriatividade, pois a partir dela passou-se a utilizar a unidade doméstica (*farm household*) como unidade de análise e não mais o chefe da propriedade ou o tempo de trabalho gasto em atividades não agrícolas (Schneider, 2009, p, 79).

Dessa maneira, todos os esforços para manter a propriedade são levados em conta, sem privilegiar o *full time farming*, mas sim a reprodução social e econômica das famílias.

A pluriatividade, portanto, não possui sinônimo. Nem mesmo a multifuncionalidade pode assumir esse papel. A multifuncionalidade contribui para um entendimento que vai além da relevância produtiva e procura expressar uma identidade social, para Cajado et all (2014)

A multifuncionalidade contribui para a compreensão da pesca artesanal não apenas por sua relevância produtiva, o que é incontestável, mas possibilita visibilizar sua importância enquanto categoria, compositora de uma identidade social, conhecedora de saberes adquiridos a partir da convivência com a natureza e repassados por gerações, conservadora de laços sociais e simbólicos e de parte de uma cultura pertencente a toda à sociedade. (Cajado et all, 2014, p. 66)

Os estudos de pluriatividade e multifuncionalidade aplicados para a agricultura familiar se consagraram no Brasil através dos trabalhos de Schneider (2005-2009-2009b) e Cazella; Bonnal e Maluf (2009). De maneira geral a diversificação de renda

ainda é vista como curiosidade ou um fenômeno incipiente a ser estudado, dentro de um contexto social maior (agricultura ou pesca). Contudo, pesquisas locais comprovam que a diversificação de renda é inevitável como forma de resistência às inseguranças do trabalho na UEBF, ver Niederle (2004),

Aplicar o conceito de pluriatividade ou multifuncionalidade para a pesca artesanal é recente, ainda que autores como Diegues (1983) e Maldonado (1986) já expusessem que os pescadores artesanais tem por característica a diversidade nas suas atividades econômicas. Explorar o tema da pluriatividade ou da multifuncionalidade como foco para a análise e o entendimento da estrutura econômica e familiar é recente e temos alguns exemplares em PASQUOTO (2004), NIEDERLE et al. (2004), CAPELLESSO; CAZELLA (2011) e CAJADO (2013). Esses autores abordam tanto a pluriatividade quanto a multifuncionalidade.

Pesquisas sobre a temática foram realizadas em Pelotas/RS, na colônia Z3 e torna-se uma contribuição especialmente importante para o desenvolvimento desta pesquisa. Saco dos Anjos et al. (2004) entrevistou pescadores para compreender como a pluriatividade ocorre entre as famílias, apontando que a mesma,

Trata-se de uma estratégia de reprodução extremamente relevante no sentido de assegurar condições através dos quais as famílias obtêm um nível de consumo socialmente aceitável. Há um conjunto de ocupações bastante amplo que favorece a obtenção de receitas que, junto às transferências sociais, viabilizam a sobrevivência dos indivíduos e a preservação do frágil tecido sócio-produtivo da Colônia Z-3 (SACCO DOS ANJOS et al, 2004, p. 39)

Assim sendo, passou a ser pertinente compreender se esse fenômeno ocorre em comunidades de pescadores da Colônia Z3, no caso, residentes na Ilha dos Marinheiros. Trabalhos anteriores como Martins (1997) mencionaram as estratégias de adaptação dos pescadores artesanais em Rio Grande como ferramenta para sua produção e reprodução. É nesse sentido que não será adotado um conceito restrito de pluriatividade ou de multifuncionalidade, dado ao ineditismo da pesquisa, adotando uma perspectiva ampla que é a diversificação de renda.

3.2 As UEBF na Ilha dos Marinheiros: algumas considerações.

A utilização do conceito de UEBF se inscreve na importância de analisar as relações familiares através de práticas econômicas vitais para sua produção e reprodução, além de mensurar sua capacidade de adaptação ao longo dos anos frente aos problemas do trabalho na UEBF, que tem a família como força de trabalho.

Como mencionado, as famílias envolvidas na pesca e/ou práticas agropecuárias, historicamente, possuem um calendário econômico complexo, Diegues (1983). O calendário econômico trata das relações comerciais e de trabalho desenvolvidas dentro da Unidade ao longo do ano e possui importância na sobrevivência e reprodução familiar dada a instabilidade das pescarias, diretamente ligada aos ciclos biológicos, intempéries e ação humana, como a sobrepesca e a poluição.

Além dessas questões, a complexidade do calendário econômico está ligada ao aumento nos índices de escolaridade entre os filhos de pescadores, que almejam concluir o ensino médio ou ingressar no ensino superior, como foi possível observar em campo. É justamente essa nova dinâmica que despertou o interesse e a motivação para pesquisar a diversificação de renda, visto que, parece inviável manter os jovens dentro da Unidade, sem haja participação ativa na captura e conseqüentemente no volume da produção de pescado.

Sacco dos Anjos (2005) apontou que a maioria dos jovens residentes na colônia Z3, no município de Pelotas, não querem ser pescadores, porém não querem abandonar sua residência. Isso demonstra uma negativa quanto à sucessão das atividades pesqueiras nas próximas gerações. Na Ilha dos Marinheiros a informação obtida com os moradores através das entrevistas é de que há um número cada vez menor de jovens (entre 14-25 anos) que contribuem com a atividade pesqueira de forma direta.

As famílias praticam sua economia nos moldes da pequena produção mercantil. UEBF e pequena produção mercantil, parecem se inscrever conceitualmente da mesma maneira: uma estrutura familiar que tem como prática atividades econômicas simples, como a pesca e a agricultura. Contudo, ao buscar o conceito de UEBF em Chayanov (1985) é possível perceber uma atenção às práticas econômicas internas e como elas se estruturam entre os familiares.

Chayanov (1985) ao analisar a estrutura econômica das famílias camponesas russas expõe reflexões realizadas nas décadas de 1910 e 1920. A estrutura das famílias modificou ao longo dos anos, principalmente pela diminuição do número de filhos, porém alguns elementos destacados por Chayanov (1985) são fundamentais para a compreensão das famílias que praticam a pequena produção mercantil, atualmente. O autor orientou sua pesquisa através de três pressupostos, sendo eles:

1. O ciclo demográfico completo: A observação do ciclo de nascimento, morte e a utilização dos fatores produtivos, sejam eles, a terra, o trabalho e os meios de produção.

2. O caráter teleológico do comportamento das ações da família que organiza o funcionamento dos “mecanismos de equilíbrio internos” (Chayanov, 1985). Essa racionalidade se orienta na direção da “utilização ótima de fatores”, a terra, o capital e a força de trabalho estabelecida através do tamanho e do grau de auto-exploração da família.

3. A família resulta da união entre a unidade de consumo ou unidade doméstica e a unidade de produção, fazendo com que ela seja indivisível, especialmente na questão da gestão das rendas (Chayanov, 1985).

Para o autor a chave para o entendimento da UEBF se dá na relação entre produtores e consumidores que pode ser observada na constituição da família e seus membros que são fonte da força de trabalho que será utilizada. Isso quer dizer que, ao passo que os filhos crescem e desenvolvem-se, deixam de ser consumidores e passam a ser produtores/consumidores (CHAYANOV, 1985, p. 50-57).

Nas UEBF na Ilha dos Marinheiros serão entendidos como produtores aqueles responsáveis pela atividade pesqueira e que ocasionalmente realizem quaisquer outras atividades remuneradas, mas se identifiquem como pescadores. Os produtores dentro da UEBF estarão diretamente ligados aos níveis de captura/beneficiamento de pescado. Todo produtor da unidade de produção é automaticamente consumidor na unidade doméstica.

Como consumidores, serão entendidos como aqueles que, residindo no mesmo domicílio, não contribuem na atividade da pesca. Difere do proposto por Chayanov (1985), pois aqui serão divididos entre economicamente ativos ou passivos. Os **economicamente ativos** contribuem para a renda familiar através de fontes externas (não pesqueira) sem aumentar, dessa forma, a produção/captura familiar de pescado (Kg) e os passivos não contribuem economicamente de nenhuma maneira. Essa subdivisão foi adotada visto que, na pesquisa realizada por Chayanov (1985) existiam dois universos: produtores e consumidores. No caso da Ilha dos Marinheiros essa dinâmica contemporânea complexa, a proximidade com a cidade, o aumento da

escolaridade, entre outros fatores, faz com que novas fontes de renda sejam possíveis e necessárias dentro da UEBF.

Para Diegues (2001) os pescadores que praticam a pequena produção mercantil estão relacionados com uma forma de organização social e econômica que possui:

(...) reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc (DIEGUES, 2001, p.142).

Os pescadores utilizam o valor excedente da produção para a aquisição de bens materiais, manutenção e como se constatou existe uma preocupação com a escolarização dos filhos. A importância de entender que o comércio de mercadorias (pescado) aqui é compreendido nos moldes da pequena produção mercantil está diretamente ligado a incapacidade de acumulação de capital. Tampouco podemos definir a pesca realizada na Ilha dos Marinheiros como atividade de subsistência, visto que as relações comerciais são fortes.

Chayanov (1985) orienta-se que a organização familiar seja observada internamente, a utilização de marcos fundamentais como a faixa etária e o gênero eram extremamente importantes para definir as capacidades de produção e organização social e econômica de uma unidade. Esses marcos foram utilizados na pesquisa, pois ainda exercem influência dentro da dinâmica familiar. O trabalho das mulheres fortemente ligado ao beneficiamento de pescado, enquanto que os homens permanecem voltados para o processo de captura. Isso também tem reflexos no trabalho dos filhos, que irão auxiliar na atividade de acordo com as práticas pré-estabelecidas correspondentes ao seu gênero. No caso da pesca, as meninas são envolvidas mais cedo nas atividades se atendo a esfera doméstica. O fato importante é a periculosidade do trabalho no mar, que impede a participação das crianças, diferenciando-se da agricultura neste ponto.

A composição das famílias irá revelar os valores máximos e mínimos de produção (CHAYANOV, 1985, p. 47), pois utiliza a mão de obra dos membros capacitados na produção de excedente, que nesse caso é entendido como “una retribución a su propio trabajo y no como ganância. Esta retribución aparece corporizada en el consumo familiar de bienes y servicios” (CHAYANOV, 1985, p. 8).

Para Chayanov (1985), havia um padrão demográfico elevado com um número de membros na família que era em média de sete membros (CHAYANOV, 1985, p. 51). Esse padrão de crescimento populacional acelerado entre os anos de 1850 e 1975 (BELDA, 2007) que possibilitou essa estrutura familiar, não se aplica, visto que as estruturas familiares contemporâneas seguem uma desaceleração na taxa de crescimento, expressa da seguinte forma:

La consiguiente desaceleración en la tasa de crecimiento ya ha comenzado, impulsada por el declive de la fecundidad en el mundo menos desarrollado; de hecho, tal desaceleración, claramente perceptible desde 1975(...) Desde entonces, en apenas tres decenios, la tasa de crecimiento anual de la población mundial há pasado de 2,1 a 1,3, una reducción de más de un tercio (BELDA, J. 2007, p. 60).

A reestruturação demográfica está relacionada ao surgimento dos métodos contraceptivos⁵¹ que diminuíram o número médio de filhos por casal possibilitando às mulheres novas atividades, como ingressar no mercado de trabalho e a continuação dos estudos. Atualmente essa reestruturação possibilitou o ingresso tardio dos filhos na contribuição econômica da UEBF.

Em geral, na Ilha dos Marinheiros, a contribuição ocorre a partir dos 20 anos⁵² de idade, dado obtido através das entrevistas. Isso se deve ao prolongamento da idade escolar dos filhos que possuem pouca ou nenhuma participação na atividade pesqueira. Na maioria dos casos, passar a contribuir economicamente na UEBF não significa um aumento da produção, isso porque as fontes de renda procuradas pelos filhos estão relacionadas a outros setores e não o setor pesqueiro. A questão é: compreender como é possível a reprodução dessas famílias com o ingresso tardio dos produtores ou dos consumidores ativos.

A importância da utilização dos equipamentos domésticos e alimentos industrializados reduzem o tempo necessário para desenvolver atividades no dia a dia, aumentando assim a eficiência e disponibilidade para outras funções dentro da UEBF.

⁵¹ A pílula anticoncepcional surgiu em 1960, em 1970, a taxa de fecundidade no Brasil era de 5,8 filhos por casal, e o percentual da população economicamente ativa feminina era de somente 28,8%. Em 2007, a fecundidade despencou para quase 2,0 filhos, enquanto a participação da mulher no mercado de trabalho pulou para 43,6% (Instituto Kaplan, 2013). Disponível em: <http://www.kaplan.org.br/sosex/posts/historia-da-pilula-anticoncepcional-mais-de-50-anos>.

⁵² O estudo feito por Chayanov (1985) aponta contribuição dos filhos a partir dos 10 anos, aprendendo o ofício e posteriormente como força de trabalho, refletindo no aumento da produção.

Aparentemente, na Ilha dos Marinheiros, os pais enquanto produtores são as únicas forças de trabalho disponíveis na estrutura da UEBF e ainda realizam atividades externas às atividades produtivas primárias, como agricultura, trabalhos ocasionais (construção civil, empregada doméstica, cuidadora de idosos) que garantem o sucesso na reprodução familiar.

Para confirmar essa hipótese o roteiro de entrevistas foi parte fundamental para operacionalização da pesquisa. As primeiras saídas de campo ocorreram no dia 24 de janeiro de 2018, com o propósito de marcar pontos de interesse no GPS, que culminaram na apresentação e divisão da Ilha dos Marinheiros através das suas atividades produtivas. As áreas que comportam as atividades pesqueiras correspondem as Bandeirinhas, a Marambaia e a Coreia. As saídas de campo para aplicação do roteiro de entrevistas foram iniciadas no dia 02 de fevereiro de 2018, dia da liberação da safra de camarão quando é comemorada a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. A data é importante para os pescadores, seja pela liberação da safra como para o exercício da religiosidade local, predominantemente cristã. As imagens a seguir são fotografias realizadas no dia 02 de fevereiro.

Imagem 20. Pescadores da Ilha dos Marinheiros no dia 02/02/2018 na festa de Nossa Senhora dos Navegantes próximo a localidade da Marambaia.



Fonte: autoria própria. Fevereiro, 2018.

Na imagem 20 é possível observar a questão geracional através dos elementos constituintes da imagem que apontam para uma relação de diferenciação da percepção do ambiente e do mundo, através das roupas, acessórios e postura. Podemos ver o jovem imerso no conteúdo digital, enquanto o pescador contempla o horizonte e guia a embarcação. As costas largas, a destreza na condução do leme são características do pescador. Contudo, mesmo parecendo distante da atividade, o jovem possui uma tatuagem representando Nossa Senhora, o que indica sua relação com a religiosidade e provavelmente o mar, na figura de Nossa Senhora dos Navegantes, herança da família, das práticas e dos costumes na Unidade.

Imagem 21. Embarcações da colônia Z2 na procissão de Nossa Senhora dos Navegantes em São José do Norte.



Fonte: Autoria própria. Fevereiro, 2018.

A festa de Nossa Senhora dos Navegantes acontece em dois momentos: durante a manhã os barcos da Ilha dos Marinheiros, Bosque e Prado⁵³ fazem uma travessia abaixo da ponte na Ilha dos Marinheiros. Durante a tarde ocorre uma procissão marítima que se estende pela Lagoa dos Patos desde a Ilha dos Marinheiros até o município de São José do Norte. Durante a procissão marítima da tarde podem ser observadas embarcações diversas de pescadores das colônias Z1 (Rio Grande) e Z2 (São José do Norte).

⁵³ Bosque e Prado são bairros do município de Rio Grande, as margens do “mar” como na linguagem dos Ilhéus.

A partir da data a metodologia proposta começou a ser implementada. Com as entrevistas realizadas, foi possível traçar alguns pontos básicos em comum nos domicílios, para observar se existem padrões na formação e estrutura familiar das unidades. Sendo assim, temos:

Tabela 5. Características das UEBF na Ilha dos Marinheiros.

RESULTADOS DAS ENTREVISTAS CURTAS	
Nº de Entrevistas	20 domicílios
Nº famílias que praticam outras atividades econômicas diferentes da pesca	17
Nº famílias que possuem alguma política pública (Seguro-defeso, bolsa família)	20
Mulheres e homens responsáveis pela atividade não-pesqueira da UEBF	16 mulheres 4 homens
Famílias com filhos	18
Número médio de filhos por famílias	2
Número de famílias onde os filhos participam da pesca em algum momento	5
Famílias que possuem algum membro com aposentadoria	6

Fonte: autoria própria, 2018.

É possível generalizar dois pontos: (i) a presença de políticas públicas e nesse caso, principalmente do seguro defeso, pois **todos** os domicílios pesquisados recebem o auxílio. Em alguns casos o homem e a mulher recebem o seguro defeso, isso ocorre quando o registro da mulher também é feito junto à colônia de pescadores e a capitânia dos portos. Em alguns domicílios (3) foi registrado apenas um seguro defeso, o que demonstra que o parceiro ou parceira acaba por ser reconhecido apenas como dependente da pesca e não como pescador.

O outro ponto de convergência nos dados (ii) foi a constituição das famílias com filhos e a presença da diversificação de renda, primordialmente na área das Bandeirinhas, onde a pesquisa intensificou-se pela proximidade, facilidade no acesso e receptividade dos pescadores. Como afirmado por Diegues (2001) a economia dos pequenos produtores mercantis é marcada por um complexo calendário econômico, que a partir das entrevistas, propõe-se compreender.

As atividades não pesqueiras mais comuns são entre os homens: construção civil, segurança, empreiteiro e carpinteiro, sem mencionar as atividades esporádicas que foram citadas como “trabalho de churrasqueiro em eventos” ou “carneando animais”.

Entre as mulheres as atividades mais comuns foram: empregada doméstica, diarista, cozinheira, babá ou cuidadora de idosos e enfermos e vendedora de produtos cosméticos. De acordo com a pescadora C* “*o que aparecer é lucro, eu só não trabalho na Silva Paes*⁵⁴, porque de resto eu faço (risos)”.

Em Martins (1997) a adaptação dos pescadores em práticas econômicas diversas já havia sido mencionada, porém no relato do pescador (p, 109) fica evidente que a procura por atividades não era específica, sendo extremamente ocasional, citando “um biscate...lavar roupa...fazer faxina... tem carroça (...)” esses elementos podem demonstrar dois pontos.

Primeiramente, a diversificação de renda não é mais uma “saída alternativa” para os períodos de crise, mas uma prática a ser encorajada. Foi possível observar na Ilha dos Marinheiros a necessidade de que pelo menos um membro da Unidade possua vínculo empregatício constante, gerando estabilidade econômica em longo prazo para a família. O segundo ponto é que há uma possibilidade de verificar discrepâncias entre as atividades desenvolvidas por pescadores em zonas rurais e em zonas urbanas, para isso um estudo nessas áreas seria necessário. A carroça, por exemplo, não foi citada em nenhum momento das entrevistas na Ilha dos Marinheiros, mas sua utilização nas vilas e bairros do município (como Prado e Bosque) ainda pode ser observada.

3.2 Gênero, idade e número de filhos. Sua importância para a organização da família na UEBF

Família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, por normas e regras estabelecidas para conviver juntas, mesmo sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica (PNAD/IBGE, 1992, 1993, 1995, 1996). A ideia de família no século XIX era diferente dos dias atuais, ainda que o padrão médio de filhos por família seja oscilante entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos é notório que houve ao longo dos anos modificações expressivas no número de membros da família e diversos elementos foram (e seguem

⁵⁴ Fazendo referência ao trabalho das mulheres em boates noturnas da Avenida Silva Paes em Rio Grande.

sendo) importantes para a modificação demográfica mundial. Entre esses elementos importantes, BELDA (2007) irá destacar o processo de industrialização;

El crecimiento económico moderno, impulsado por la industrialización, rompe esa dependencia y libera potencial de crecimiento: y la vez, al cambiar los modos de vida, genera condiciones que militan en favor de la familia reducida. El cambio de los modos de vida decide el cambio de comportamientos reproductivos (BELDA, 2007 in ROMERO, 2007, p.62).

Os comportamentos reprodutivos não eram uma pauta inicial na discussão sobre as UEBF como também não era o foco inicial abordar questões de gênero tão marcadas em sociedades tradicionais como as pesqueiras, porém foi inevitável perceber as significativas mudanças nesse aspecto. No Brasil a partir dos anos 70 é possível observar um declínio da fecundidade que passa de 5,8 filhos por mulher em 1970 para 2,30 filhos nos anos 2000. Essa mudança no número de filhos trás modificações na estrutura familiar de forma geral, mas no que diz respeito especificamente as mulheres, o poder decisório sobre seus corpos e a reprodução é extremamente relevante na sociedade contemporânea.

Os modos de vida no campo ao longo dos anos incorporaram ideias e práticas trazidas com a urbanização e a industrialização⁵⁵ e a mais importante delas no que diz respeito ao comportamento reprodutivo foi e ainda é a utilização da pílula anticoncepcional. Um relato obtido pode expressar a importância desse método:

Eu usava escondido (*a pílula*) assim que eu me casei e eu tinha 23 anos. Minha mãe queria um neto, meu pai... mas eu não queria ainda, queria aproveitar a vida. Meu esposo não entendia, mas se eu contasse pra ele certo que ele ia achar estranho uma mulher não querer engravidar, né? Agora eu tenho uma guriuzinha, mas foi bom, tudo na hora certa. (Entrevista, 2018)

Não é possível afirmar se foi o entendimento de que existem outras atividades pra serem realizadas além da maternidade que refletiu no aumento da alfabetização feminina ou o oposto. Em um momento onde algumas camadas da sociedade fazem o movimento de abandono dos métodos contraceptivos hormonais, ainda pode ser observada uma grande taxa de prevalência anticonceptiva entre as mulheres no campo, essa taxa elevada não pode ser entendida negativamente, pois é uma resposta às gerações anteriores, que em entrevista tinham, em geral, sete filhos ou mais.

⁵⁵ O estímulo para a escolarização, a multiplicidade nas atividades de lazer (como cinema e os shopping's), o acesso a serviços de viagens, a possibilidade de graduar os filhos no ensino superior, são alguns exemplos das mudanças econômicas e sociais.

Imagem 22. Grupo de rede social contra a utilização dos métodos contraceptivos hormonais.



Fonte: Rede social Facebook, acesso em 2019.

É importante ressaltar que os grupos de redes sociais não possuem orientação médica. A crítica aos malefícios dos métodos contraceptivos não está sendo questionada, mas sim sua discussão enquanto classe social. Será que mulheres pobres, marginalizadas e com pouco acesso à informação também recebem esse tipo de orientação? A questão da prevalência contraceptiva entre pescadoras é um estudo que precisa ser aprofundado.

O comportamento reprodutivo irá delinear a formação e estrutura das famílias e dessa forma quantos produtores e consumidores possuirá a UEBF. Aparentemente na Ilha dos Marinheiros existe um desequilíbrio entre eles. A idade média para o ingresso de renda dos filhos na Unidade é de 20 anos e como mencionado, não significa que exista um aumento na produção pesqueira, pois essa renda na maioria dos casos não advém da atividade pesqueira.

São poucos os filhos e filhas que auxiliam na atividade pesqueira e muitos que se especializam em outras áreas ou atividades. Na pesquisa foram registradas a presença de: técnico em segurança do trabalho, bióloga, vendedora, segurança privada, curso técnico em refrigeração, professor de Geografia e estudante de Engenharia Civil.

Na Ilha dos Marinheiros, das 20 entrevistas realizadas sete mencionaram que são ou conhecem mulheres que voltaram a estudar nos últimos cinco anos. Duas ingressando no ensino superior. Segundo o relato da pescadora o ensino superior “Sempre foi um sonho, mas eu não pude. Tive que transformar isso no sonho dos meus

filhos, mas agora eles se formaram e a oportunidade surgiu pra mim.” (M* em entrevista, 2018).

Num panorama geral homens e mulheres não procuram constituir famílias grandes. Se pensarmos, no século XVIII “La fecundidad média estaba em torno a seis o siete hijos por mujer” (BELDA, 2007, p. 64), no século XX esse número diminui para quatro filhos por mulher.

- A minha mãe teve dez filhos, oito mulheres e dois homens. Nenhum dos meus irmãos tem mais de dois filhos. Mudou muito, a vida tá muito difícil. (B*)

- Se bem que era difícil antes, a gente passava trabalho. Meu material do colégio eu levava enrolado num saco de arroz e hoje eles vão até com mochila de rodinha (risos). (A*)

- É, é verdade. Acho que tá certo. A gente não quer mais deixar os filhos passando trabalho. (B*) (Entrevista, 2018).

As exigências sociais também modificaram o acesso à educação, a consolidação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a exigência da escolarização infantil como pré requisito para receber o bolsa-família modificaram a experiência da infância. A maior parte dos entrevistados começou a trabalhar e ajudar em casa antes dos dez anos, como pode ser observado:

Eu comecei a trabalhar na chácara, com uns onze anos e com treze eu peguei a fumar enroladinho (*cigarro*). Me casei com dezesseis e aí que eu comecei a pescar. Não tinha muito o que fazer na Ilha, hoje têm. (Seu D* em entrevista, 2018).

A importância das atividades de lazer, a sociabilidade entre os jovens, o acesso a meios de locomoção (motocicletas), etc, todos esses elementos que outrora na Ilha dos Marinheiros representavam a cidade e o urbano, hoje estão enraizados e fazem parte de um fenômeno mundial que possibilita acesso a outras camadas da sociedade em espaços que não eram frequentados anteriormente. A mulher que troca o beneficiamento do pescado por uma bolsa na universidade, caso da M*, não está mudando apenas sua atividade de trabalho, mas a perspectiva, o aprendizado e a autonomia sobre seu dinheiro.

São também as mulheres que na maioria dos casos realizam as atividades de diversificação de renda ao longo do ano todo. Entre os empregos mais comuns estão: empregada doméstica, diarista, cuidadora e cozinheira. Dificilmente elas abandonam

seus trabalhos durante as safras, pois é esse vínculo com o empregador que garante maior estabilidade em períodos menos rentáveis e nos períodos de defeso.

No caso da atividade pesqueira a divisão do trabalho ainda é fortemente marcada pela distribuição de gênero, os homens dedicam-se a captura e as mulheres dedicam-se ao beneficiamento, estendendo esses papéis aos poucos filhos que contribuem na atividade. As mulheres demonstraram um grande interesse na realização de outras atividades, na aquisição de empréstimos privados e na possibilidade do desenvolvimento técnico das pescarias, como por exemplo, o interesse pela aquicultura ou pela utilização alternativa dos resíduos de pescado (produção de ração).

Imagem 23. Mulher descascando camarão na Ilha dos Marinheiros, Bandeirinhas, nos fundos do domicílio.



Fonte. Autoria própria, 2018.

Os instrumentos de trabalho também são os mesmos instrumentos domésticos, mostrando a indivisibilidade da unidade de produção e da unidade doméstica. Na foto: vinagre e limão (colhido no próprio quintal) utilizado para facilitar o descasque.

3.3 O calendário econômico do trabalho do pescador artesanal

Para traçar um calendário econômico do pescador artesanal observando sua complexidade e sazonalidade através da captura de espécies estuarinas, primordialmente

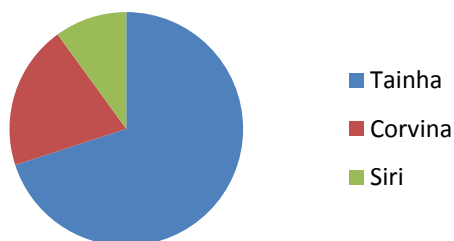
foi necessário saber quando essas espécies são capturadas e através das entrevistas, entender o seu valor na primeira comercialização.

O calendário será utilizado para entender até que medida a penetração dos agentes internos e externos nas UEBF foi fundamental para: (i) investir na pesca do camarão em detrimento de outras espécies menos rentáveis, (ii) optar por atividades diferentes da pesca fora das safras de camarão, (iii) oportunizar a conclusão do ensino médio e superior para os filhos e ainda, (iv) diminuir a realização do beneficiamento do pescado em função da existência de outras atividades econômicas que substituem esse procedimento.

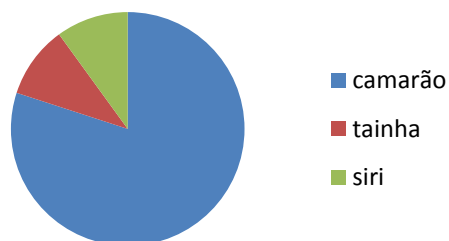
Foram destacadas as principais espécies pescadas em cada mês do ano, baseando-se em safras médias. Como a ordem disposta é a ordem de relevância (do mais pescado para o menos pescado) isso pode ser alterado de acordo com as safras boas e ruins, aumentando e diminuindo o surgimento das espécies como será percebido. Os dados foram obtidos através de uma convergência entre as entrevistas e a bibliografia especializada.

Gráfico 2. Gráficos em pizza das principais espécies capturadas por mês na Ilha dos Marinheiros.

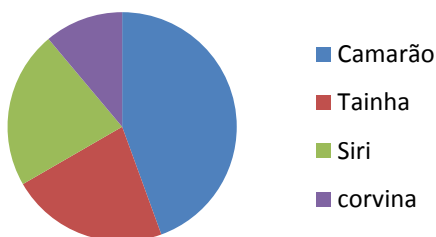
Janeiro



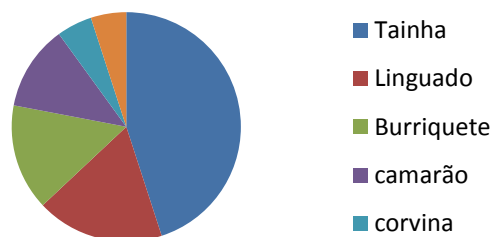
Fevereiro

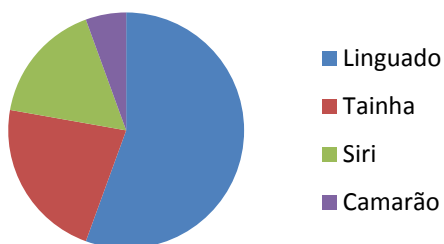
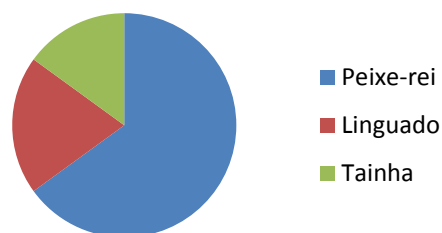
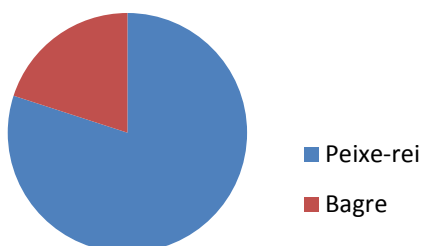
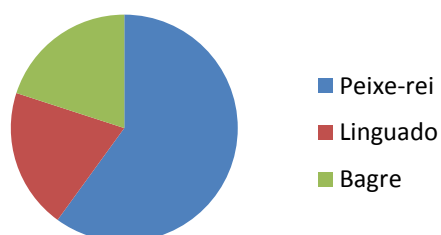
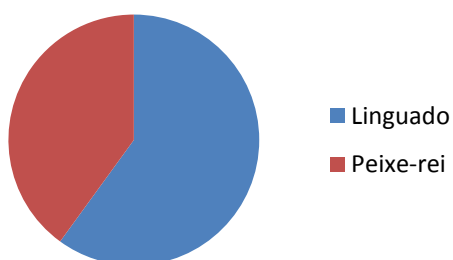
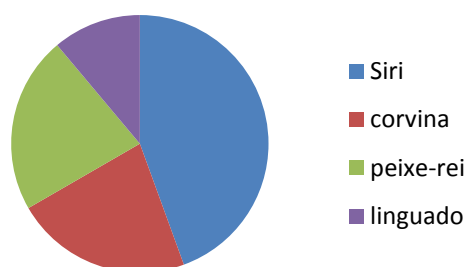
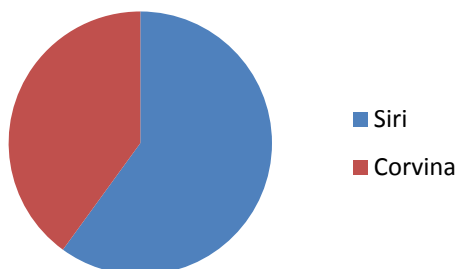
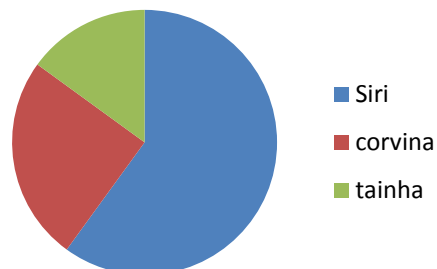


Março



Abril



Maio**Junho****Julho****Agosto****Setembro****Outubro****Novembro****Dezembro**

Fonte: Dados obtidos através da convergência entre as entrevistas e pesquisa bibliográfica em Kalikoski (2013). Os meses de setembro, novembro e dezembro tiveram dados discrepantes entre a bibliografia e as entrevistas, sendo privilegiado o uso das entrevistas.

A preocupação em definir quais são as pescarias realizadas mensalmente está em compreender como ocorre o desequilíbrio entre os meses ao longo do ano. Usaremos três meses distintos para fazer essa comparação. Fevereiro (auge da safra de camarão), julho (com apenas duas espécies mais importantes o peixe-rei e o bagre) e outubro (com uma grande variedade de espécies disponíveis). Ao conversar com os pescadores, descobrimos que o mês mais rentável é fevereiro. O valor médio da primeira comercialização do camarão varia em torno de 10R\$/Kg, superando o valor médio de qualquer outro pescado. Isso quer dizer que uma grande diversidade de espécies não é sinônimo de maior rentabilidade, pelo contrário. São nos meses de junho a outubro, que as fontes alternativas de renda somadas ao seguro defeso⁵⁶ (que pode ser de até cinco meses) são incorporadas na dinâmica familiar.

Se somarmos o valor mensal aproximado durante um ano e dividirmos igualmente entre os 12 meses do ano a maior parte dos pescadores artesanais não consegue atingir um salário mínimo mensal somente com a pesca.

Através do primeiro contato com os pescadores, no desembarque, foi possível verificar o valor médio do pescado e o volume das capturas realizadas. O contato permite projetar os números para obter informações sobre a dinâmica mensal da produção pesqueira. Como modelo foram utilizados os valores informados pelo Seu X* que pesca em média 15Kg de camarão por noite, numa boa safra⁵⁷. Sua pesca é feita com saquinho na margem leste, próximo à linha de praia. Ele comercializa apenas sem beneficiamento, pois mora sozinho e não teria ajuda nesse processo, vendendo atualmente o Kg por R\$9,00. Temos que, mensalmente o camarão pescado seis noites transforme-se, mensalmente em 360Kg de camarão, sendo assim:



⁵⁶ O defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Nesse período é garantido por Lei (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 13.134, de 14 de junho de 2015) ao Pescador profissional artesanal o pagamento de seguro-defeso, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, que é o seguro-desemprego especial, pago ao pescador. Por meio de atos normativos (portarias, instruções normativas) discutidos e publicados pelo órgão federal competente, atualmente o MAPA, definido por espécie a serem protegidas e sua área de ocorrência.

⁵⁷ Em uma safra ruim o valor médio por noite seria de 2-5kg.

As despesas com a pesca não estão incluídas no resultado mensal de R\$ 3.240,00/mês. A corvina, podendo ser vendida por R\$3,00/Kg numa capacidade de captura pequena para embarcações pequenas⁵⁸; em média 6Kg. O retorno seria de R\$432,00, mensalmente. É por isso que a pesca do camarão é uma disputa. Existem lugares específicos onde se encontram os melhores e maiores camarões, sendo na margem Oeste, ocupada pelos “turtameiros⁵⁹” acampados e na área da Coréia.

Em outro caso, o Seu G* afirmou que “*é muito mais negócio vender a metade dele (camarão) sujo e congelar pra vender “pra cima” (referindo-se a região metropolitana de Porto Alegre) no inverno, chego a vender por R\$/60Kg*” (Entrevista, 2018). Aqueles que conseguem fazer esse sistema de beneficiamento/congelamento, em geral, são as famílias que possuem maior diversificação de renda, como é o caso do Seu G*. Atentaremos para sua estrutura:

Tabela 6. Estrutura do domicílio do Seu G*, pescador aposentado residente nas Bandeirinhas.

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Aluguel de terras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aluguel de estabelecimento comercial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Empreendimento próprio na localidade	X	X	X	X							X	X
Aposentadoria	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
Seguro Defeso						X	X	X	X			

Fonte: autoria própria.

O arranjo de múltiplas atividades econômicas permite que a expectativa da safra de camarão se prolongue durante o ano, proporcionando maior estabilidade na renda mensal de janeiro a dezembro. Também é uma segurança para o caso de safras muito ruins.

No geral, seria possível traçar qual maior custo/benefício entre aqueles que praticam e os que não praticam o beneficiamento? Hipoteticamente, sim. Contudo, nenhuma das famílias entrevistadas praticam apenas uma atividade. Algumas semanas estocam pescado, em outras semanas não. Algumas semanas vendem para um

⁵⁸ Até 4m.

⁵⁹ A Torotama é uma ilha do município de Rio Grande. Segundo o IBGE, com 1200 moradores.

atravessador conhecido, em outras semanas fazem a venda direta. Tudo está relacionado com a necessidade de circulação do dinheiro. Muitas vezes a venda ao atravessador significa a obtenção de notas promissórias, o pagamento em geral é feito nos meses seguintes. A necessidade de dinheiro irá definir a prática econômica que será adotada.

É possível observar que quanto maior o nível de diversificação de renda entre os familiares, maior é o sucesso da reprodução das famílias, que aumentam consideravelmente o conforto no seu domicílio com produtos e serviços de bem-estar, automóveis mais potentes, aumento da frota, etc.

Analisando outro contexto, nesse caso específico temos uma família com cinco consumidores (dois economicamente ativos e dois passivos) um produtor⁶⁰. Na estrutura de renda da família podem ser observadas as seguintes contribuições econômicas dos consumidores ativos, os agentes internos (pesca) e externos (seguro):

Tabela 7. Estrutura do domicílio da Pescadora M*, estudante e residente nas Bandeirinhas.

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Pesca	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Bolsa Universidade	XX ⁶¹	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
Seguro Defeso						X	X	X	X			

Fonte: autoria própria.

No caso as modificações na estrutura produtiva começaram a ocorrer com o ingresso na Universidade, sendo um elemento novo. Antes a pescadora realizava o beneficiamento do pescado e agora afirma que dificilmente consegue tendo o substituído pela quantia mensal de R\$ 500, 00 que recebe para realizar atividades na Universidade fora do período de aulas. Ainda que a estrutura familiar conte com apenas um produtor, os membros da família (filhos, esposa) possuem renda, sendo economicamente ativos na Unidade, mas não são responsáveis pelo volume de produção de pescado. O valor recebido pela pescadora ao obter a bolsa modificou a estrutura econômica e social, visto que esse valor é pago diretamente a ela, garantindo autonomia na gestão da sua renda.

⁶⁰ Na composição da família temos: o pai e a mãe + filho + cônjuge do filho + uma criança de 6 anos e apenas o pai é produtor.

⁶¹ XX referente a duas bolsas, uma do filho e uma da pescadora.

Garantir a sobrevivência e a reprodução na pesca artesanal é desdobrar-se num cenário de múltiplas opções, tanto na comercialização do pescado, mas também na escolha da prática de outras fontes de renda. O caso oposto também ocorre na Ilha, agricultores que pescam na safra de camarão, pois se inscrevem na mesma necessidade de desenvolver a pluriatividade.

Imagem 24. Agricultor da Ilha dos Marinheiros morador das Bandeirinhas.



Fonte. Autoria própria, agosto de 2018.

Os novos hábitos fazem com que na Ilha a pesca seja desenvolvida por um pescador com um perfil definido, homem entre 35 a 60 anos, com ensino fundamental incompleto e responsável pela captura do pescado. As aposentadorias também são importantes, pois é a primeira vez que se envelhece de maneira tranquila e saudável na Ilha. A renda geralmente está incorporada como uma renda fixa para a família e comum pescadores e pescadoras, incluindo agricultores, seguirem trabalhando após a aposentadoria, utilizando o valor mensal para as contas fixas, como o pagamento de energia elétrica.

Os pescadores não tem décimo terceiro salário ou férias. O trabalho é árduo e contínuo. Sobre a questão dos aspectos naturais e o fim da pesca a questão posta foi: “Como o Senhor (a) entende os recursos naturais, como percebe as safras, o aumento e a diminuição das espécies? Porque o Senhor (a) acha que isso acontece e o que pensa sobre isso para o futuro da pesca?”. Para essa resposta houve muitos pontos contrastantes, mas a maioria dos entrevistados atribuiu a poluição como um dos piores

elementos para a pesca. Poluição foi registrada em 18 das 20 entrevistas, além das entrevistas em profundidade e conversas informais, onde esse assunto sempre surgia. Para facilitar a visualização, foi formulado um balão de palavras que ressalta os pontos que mais se acentuaram nas respostas.

Figura 4. Balão de palavras formulado a partir das entrevistas.



Fonte. Autoria própria criado em <https://www.wordclouds.com/>, 2019.

Existe uma grande preocupação a respeito da instalação de mineradoras e outras empresas, como informa o Senhor R* *“Aqui teve a Flopal⁶² uma vez e isso foi bom pra quem? Tu tem que ficar derrubando aquele pinus que faz um mal terrível pro campo e pras lagoas, essas empresas só querem lucro, nunca é bom pra nós”* (entrevista, 2018). A instalação de uma mineradora em São José do Norte fez com que os pescadores se unissem no Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, o MPP, que discute essas e outras pautas e gerou lideranças entre os pescadores, que são as principais responsáveis pelas questões legais e burocráticas do grupo. O porto, a dragagem e a pesca industrial apareceram logo após como possíveis causas para a diminuição dos estoques.

De acordo com a pescadora E* não são apenas os resíduos depositados na Lagoa que afetam as espécies, mas toda a perturbação visual e sonora que é provocada nas áreas com água. Segundo a pescadora a safra da corvina foi ameaçada diretamente, para ela:

⁶² Flopal Florestadora Palmares Ltda, no site da empresa apenas consta informações de contato: <http://www.flopal.com.br/>

Eu acredito que a pesca vai acabar, porque cada ano que passa é pior que o outro e vai chegar um ponto que não vamos ter mais o que pescar. Eu acredito que assim oh, a água é um motivo, que a gente tem tido muita água doce e acredito que muita mudança é da...do fechamento da Barra, que depois que aumentaram ali a pesca diminuiu muito, né? A dragagem mesmo esse ano, a safra de corvina ia ser maravilhosa, né?! Era da época da corvina e ela não gosta de barulho. A gente foi numa reunião e o pescador disse assim “*Gurias, bem assim pra mim e pra V*,urias esse ano o pescador ia tirar o pé da merda (risos), porque tinha tanta corvina que a gente escutava a corvina*”. Começou isso daí e ela foi embora (Pescadora E*).

Para E* a pesca irá acabar pelos motivos ambientais, mas também pela questão geracional. O filho da pescadora afirmou “*eu ajudei muito, mas eu não quero isso pra mim*”.

Compreender o fenômeno da diversificação de renda é extremamente complexo, isso porque ele é atravessado por diversos outros fenômenos que foram citados ao longo do texto. O que se pode generalizar é que: quanto mais diversificadas são as fontes de renda, mais há desenvolvimento econômico e social das famílias. A diversificação de renda é também um alerta para que haja uma implementação efetiva nas políticas públicas que assumem esse papel através de vínculos monetários externos (Estado), que de certa forma são capazes de garantir a vida e o desenvolvimento sustentável dos pescadores, auxiliando no processo de proteção ambiental e de exploração dos recursos naturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas revelaram características na estrutura das UEBF que permitem o envolvimento tardio dos filhos na economia familiar. O envolvimento, que ocorre em geral após a conclusão dos estudos de nível médio, não se relaciona necessariamente com o aumento da produção pesqueira na Unidade, já que a tendência dos filhos é procurar por fontes de renda mais estáveis, trabalhos assalariados e vínculos empregatícios na cidade. Também foi possível observar que os pescadores da área das Bandeirinhas possuem uma grande interferência dos agentes externos aqui mencionados, visto que todas as famílias possuem seguro-defeso e que a maioria delas já utilizou outros recursos como o Bolsa-Família e o Pronaf. O período do Seguro Defeso também é marcado pela procura por atividades remuneradas não-pesqueiras, aumentando a renda nesse período, visto as incertezas das futuras safras de camarão.

Como apontado por Barbosa (2009), Capellesso e Cazella (2013) as políticas públicas do Pronaf e seguro-defeso são facilmente percebidas entre as famílias como parte importante da economia. No caso do Pronaf, o índice de endividamento apontado por Gonçalves e Ferreira (2010), Rainha e Nascimento (2013), precisa ser verificado.

Na Marambaia e na Coréia foram realizadas poucas entrevistas e algumas conversas informais registradas em diário de campo, visto que a receptividade do grupo foi menor, mas também se notou a presença da diversificação de renda, com maior tendência a exclusividade para a atividade pesqueira, as atividades não-pesqueiras são entendidas como “bicos”. O nível médio salarial das famílias das Bandeirinhas é relativamente mais alto que as demais e isso provavelmente está relacionado à diversificação da atividade.

As estratégias internas e externas são protagonistas na reprodução social das famílias de pescadores na Ilha dos Marinheiros, esse fenômeno poderá ser percebido em outros municípios e estados, não sendo um fenômeno local.

Nesse sentido compreendemos que é impossível traçar um único calendário econômico para o pescador artesanal, pois os ingressos de renda são múltiplos e complexos, diferenciando-se de unidade para unidade, mas pode-se afirmar que:

- As safras de camarão são momentos decisórios para a realização de atividades ao longo do ano, seja a compra do material escolar das

crianças ao ingresso no mercado de trabalho alternativo. Safras médias ou ruins diminuem a autoestima dos pescadores ao longo do ano, fazendo com que a atenção seja redobrada para os gastos familiares. Na mesma medida;

- Safras de camarão boas refletem em decisões imediatas no universo material dos pescadores: a compra de um carro, de um barco ou obras na casa são geralmente realizadas com o dinheiro da venda de camarão.
- Sem a diversificação de renda as médias salariais dos pescadores oscilariam ainda mais, agindo quase como extremos, a diversificação na renda garante uma linearidade no consumo e no poder de compra a prazo, bem como a aquisição de empréstimo.
- As políticas públicas mais utilizadas são o seguro-defeso e o bolsa-família. O alto risco de inadimplência do Pronaf inibe sua aquisição por parte dos pescadores.
- Nenhum dos entrevistados quer a profissão da pesca para os filhos.
- Todos entrevistados afirmaram, de alguma maneira, que a pesca artesanal na Ilha dos Marinheiros irá acabar.

Interessante perceber que os filhos, enquanto consumidores passivos, têm se preocupado cada vez mais com a continuação nos estudos e o ingresso no ensino superior. Nenhum dos filhos gostaria de desenvolver a atividade pesqueira, mas todos pretendem continuar morando na Ilha, se for possível. A combinação dos elementos internos e externos, portanto parece ser a razão para a continuidade e o desenvolvimento das famílias pesqueiras, mas principalmente torna-se uma alternativa para a manutenção dos recursos naturais. As políticas públicas de incentivo para o setor precisam ter mais transparência, no caso do Pronaf, poucos pescadores acessaram por medo de inadimplência e dificuldade no entendimento burocrático para a sua aquisição.

A pesca artesanal na Ilha dos Marinheiros, sua instabilidade e insegurança fazem com que as próximas gerações criem novas alternativas de desenvolvimento econômico pouco (ou nada) ligadas ao mar. É por essa razão que os pescadores acreditam no fim ou no drástico declínio da pesca artesanal nas próximas gerações. Isso surtiria um efeito na paisagem, que de certa maneira, já pode ser observado na Ilha dos Marinheiros, que é a procura para segunda moradia. Em alguns casos são antigos moradores, que agora

aposentados, querem voltar a viver na localidade, mas não desenvolvem nenhuma atividade econômica, transformando a moradia numa casa de férias.

Isso é perceptível na paisagem. Casas que não possuem nenhum instrumento de trabalho, seja pesca ou agricultura. Os próprios moradores estão intensificando o turismo na Ilha, mas este só durante o verão.

A diversificação de renda, entendida como pluriatividade ou como multifuncionalidade, não é apenas uma curiosidade, mas uma necessidade de adaptação das famílias agricultoras e pesqueiras. A aproximação física e social da Ilha dos Marinheiros com o centro de Rio Grande perpetua o desenvolvimento dessas práticas econômicas. A mão de obra é barata e pouco especializada, o deslocamento até o centro da cidade é rápido se realizado de barco, o vínculo empregatício que garante plano de saúde, férias e décimo terceiro distancia o jovem ilhéu da prática pesqueira e o transforma em um trabalhador assalariado da cidade.

Fazer previsões sobre o futuro da pesca não é uma pauta científica, mas há uma inquietação sobre a necessidade de pensar as políticas públicas e refletir a ação do Estado para o desenvolvimento sustentável dessas áreas que desempenham a atividade pesqueira artesanal. Se não existe peixe ou se o valor do pescado é ínfimo para o pescador, como essas comunidades se desenvolvem? Sem os inúmeros desdobramentos que vimos seria improvável. Até quando esses indivíduos, conhecedores dos mares e das marés, dependentes da natureza e dos seus ciclos, irão suportar a dificuldade da atividade pesqueira?

Para as próximas gerações não há legado. O distanciamento da atividade pesqueira é proposital e unânime, entre pais e filhos. A pesca artesanal segue o seu rumo, um pouco à deriva no meio da agitação, com gente engajada que avançou muito na luta pela sua classe e garantiu direitos primordiais: seguro-defeso, Pronaf, aposentadoria e educação. Segue lutando pelo direito de viver, trabalhar e se reproduzir com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima. Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre, 2007.

AZEVEDO, Ana Lucia Morisson. **A Ilha dos três Antônios.** Rio Grande: FURG, 2003.

BAYER, Edér Maier. **A pesca do siri como adaptação das comunidades pesqueiras artesanais do Estuário da Lagoa dos Patos – RS.** Rio Grande: Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

BARBOSA, Jacinta. **Pescadores artesanais e políticas públicas em Anchieta-ES.** Viçosa: Dissertação de Mestrado, 2009.

BARENHO, Cíntia P. **Saber local e Educação Ambiental: parcerias necessárias no processo de inserção da maricultura familiar na Ilha dos Marinheiros-Rio Grande/RS.** Programa de pós-graduação em Educação Ambiental. Rio Grande: Dissertação de Mestrado, 2009.

BASTOS, Virgínia Magano. **Mobilidade populacional na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS – perdendo memórias.** Trabalho de conclusão de curso. Rio Grande, 2006.

BENEDET, Ramon A; DOLCI, Denis; D'INCAO, Fernando. **Descrição técnica do modo de operação das artes da pesca artesanal do Camarão-rosa no Estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil.** Rio Grande Revista Atlântica: 32(1) 5-24, 2010.

Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura. Ministério da Pesca e da Aquicultura, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 2009.

CAJADO, Diana Mendes. **Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade familiar de reprodução. Estudo de caso.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 2013.

CAJADO, Diana Mendes; FERNANDES, Ivana Leila Carvalho; SILVA, José Claudervane; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Compreendendo a pesca artesanal sob a ótica da multifuncionalidade e pluriatividade. Estudo de caso.** Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.

CALDASSO, Liandra P. **Discutindo o Empoderamento no Manejo dos Recursos Comuns: o Caso do Fórum da Lagoa dos Patos/RS.** Rio de Janeiro/RJ, 2000?.

CALDASSO, Liandra P; COSTA, Alessio Almada da; ABDALLAH, Patricia R; et all. **Análise Benefício-custo uma contribuição à pesca artesanal no extremo sul do Brasil – Rio Grande/RS.** 2010?.

CAPELLESSO, Adinor; CAZELLA, Ademir. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense.** Brasília: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.51 no.2, 2013.

CARNEIRO, Maria José. **"Pluriatividade no campo: o caso francês"**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11 (32): 89-105, São Paulo, 1996.

CARVALHO, Julia. **Reflexões sobre a comercialização da pesca artesanal no Brasil**. Anais do XI Enanpege: Presidente Prudente, 2015.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol.51 no.2 Brasília Apr./June 2013.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHIM, Eliane Nunes. **Análise de otólitos do cerrito RS-LS-11 e reconstrução do tamanho de corvina, micropogonias furnieri demarest 1823 (*osteichthyes, scianidae*)**. *Tessituras, Pelotas*, v. 4, n. 1, p. 188-207, jan./jun. 2016.

COSTA, Adriane Lobo (org.). **Nas redes da Pesca Artesanal**. Brasília: Edições Ibama, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: cenários e estratégias para a sua sobrevivência**. CEMAR/USP, São Paulo, 1988.

_____. **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Nupaub, 1997.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998

_____(org.). **Ilhas e sociedades insulares simbolismo e imaginário**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1998.

_____. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais**. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP. São Paulo, 2003.

FAO, **El estado mundial de la Pesca y la acuicultura**. Contribución para la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma, 2016.

FISCHER, Luciano Gomes, PEREIRA, Luiz Eduardo Dias; VIEIRA, João Paes. **Peixes estuarinos e costeiros**. 2 Ed. Rio Grande : Gráfica Pallotti, 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. Cadernau. v. 3, n. 1. Rio Grande, 2009.

FULLER, Anthony M. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. *Research in Rural Sociology and Development*. Connecticut, Jai Press, 1984.

FULLER, A.; BRUN, A. Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe. In: *Rural Change in Europe*. Arkleton Research, Second Review Meeting, september, Germany, p. 147-167, 1988.

GONÇALVES, J; FERREIRA, L. **Dívida do crédito rural e fracasso dos resultados das sucessivas renegociações: análise da inadimplência do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP)**. São Paulo: Informações Econômicas, v.40, n.8, 2010.

IBGE, Censo Demográfico, 2010.

KALIKOSKI, Daniela C (org). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Editora FURG: Rio de Janeiro, 2006.

KALIKOSKI, Daniela C; VASCONCELLOS, Marcelo. **Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pequena escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil Uma metodologia de avaliação**. Roma: Circular de Pesca e Aquicultura Nº 1075, 2013.

LIMA, Dário. **O lugar Marambaia**. Presidente Prudente/SP: tese de doutorado, 2003.

LOPES, Mariana Samôr; BERTUCCI, Thayse Cristina Pereira; RAPAGNÃ, Luciano; et al. **The path towards endangered species: prehistoric fisheries in Southeastern Brazil**. PlosOne, California, v. 11, n. 6, June 2016.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 2º Edição/17, 1988.

_____. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Zahar: São Paulo, 1996.

MARTINS, César A.A. **Nas águas da lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – Rio Grande/RS**. Universidade de São Paulo. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1997.

_____. **Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2006.

_____. **O território nacional na análise da atividade pesqueira**. CADERNOS GEOGRÁFICOS (UFSC), v. 16, p. 1-60, 2011.

_____. Caminhos para a análise das relações entre indústria da pesca, norma e território. p. 52-70. In: SILVEIRA, Rogério Leandro L; SOUZA, Mariana Barbosa de.

(orgs). **Norma e território contribuições multidisciplinares**. Ed. Edunisc. 1ª edição, Santa Cruz do Sul, 2017.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Editora FURG: Rio Grande, 2006.

MIGUEL, Lovois de Andrade. (org) **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: 1ªed. Editora: URGs, 2009.

MOURA, G. **Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2009.

NIEDERLE, P; SACCO DOS ANJOS, F; CALDAS, N. **Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da colônia Z-3 em Pelotas, RS**. Pelotas: Sociedade em Debates, 10(3): 9-42, dez./2004.

PASQUOTO, Vinicius Frizzo; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária**. Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. SBSP, Aracaju, 2004.

PAULA, Cristiano Quaresma de. **Geografia(s) da pesca**. Tese de doutorado: UFRGS, 2018.

PONTES, B. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Presidente Prudente: Revista NERA Ano 8, n. 7 pp. 35-47, 2005.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: FURG, 1987

RAINHA, F; NASCIMENTO, N. **A política pública e a invisibilidade: uma análise do Pronaf e da sua “abrangência” à pesca artesanal**. Grupo Costeiro, 2013.

RECUERO, Carlos Leonardo Coelho. **Festas religiosas na Ilha dos Marinheiros: os ilhéus entre o sagrado e o profano. Um estudo Fotoetnográfico**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Pelotas, 2008.

RESENDE, Alberto T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: **Pesca artesanal e produção do espaço Desafios para a reflexão geográfica**. SILVA, Antonia C. (org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

RENNER, M. **As transformações na organização da industrialização de pescado em Rio Grande – RS**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio Grande: Dissertação de Mestrado, 2012.

RUAS, Vinicius. **Aspectos pesqueiros, recrutamento e crescimento do camarão-rosa *Fafantepenau paulensis* no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS**. Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Biológica. Rio Grande: Dissertação de Mestrado, 2010.

RUIVO, José Carlos Vieira. 1994. **Contribuição para a História da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande-Rs**. In: F.N. Alves & L.H. Torres (org.). Temas de História do Rio Grande do Sul. Editora da FURG. Rio Grande/RS.

SCHIAVONE, Eduardo Cardoso. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2001.

SCHMITZ, P. I. **A Ocupação Pré-Histórica do Litoral Meridional do Brasil**. São Leopoldo: Pesquisas Antropologia, n° 63, 2006.

SCHWOCHOW, R. ZANBON, A. **O estuário da Lagoa dos Patos: um exemplo para o ensino de ecologia no nível médio**. Cadernos de Ecologia Aquática 2 (2):13-27, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009b, v. 1, p. 132-161.

SILVA, Tomás Rech da. **Geograficidade, Saberes tradicionais dos pescadores do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Dissertação de mestrado, 2007.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de. **Contribuição das políticas públicas na captura, na comercialização e na geração de renda da atividade pesqueira artesanal no Rio Grande do Sul**. 3º Encontro de Economia Gaúcha, PUC-RS 25 e 26 de maio de 2006.

TAGLIANI, P.R. **Manejo de Ecossistemas Costeiros**. Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben de. **Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira**. In. COSTA, Adriane Lobo (org.). *Nas redes da Pesca Artesanal*. Brasília: Edições Ibama, 2007.

VILA-BELLA, Joaquín Arango. **La población mundial**. In ROMERO, J. (coord). **Geografía Humana**. 2ªed. Barcelona: Ariel, 2007, p. 60.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS CURTAS

Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Discente Aline Bastos Mendes – Análise Urbano-Regional

Entrevista Ilha dos Marinheiros

Localidade: _____ Nº de moradores Unidade: _____

1) Além da pesca, algum morador da Unidade desenvolve outra atividade remunerada? Qual? _____

2) Alguém da unidade recebe seguro-defeso, bolsa-família ou aposentadoria? _____

3) Ouviu falar, acessou ou teve problemas para acessar o Pronaf? _____

4) O que o Senhor (a) pensa sobre as safras, a disponibilidade de pescado e os recursos renováveis? _____

5) Os filhos participam da atividade pesqueira? Pretendem seguir a atividade? _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS LONGAS

Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Discente Aline Bastos Mendes – Análise Urbano-Regional

Entrevista Ilha dos Marinheiros

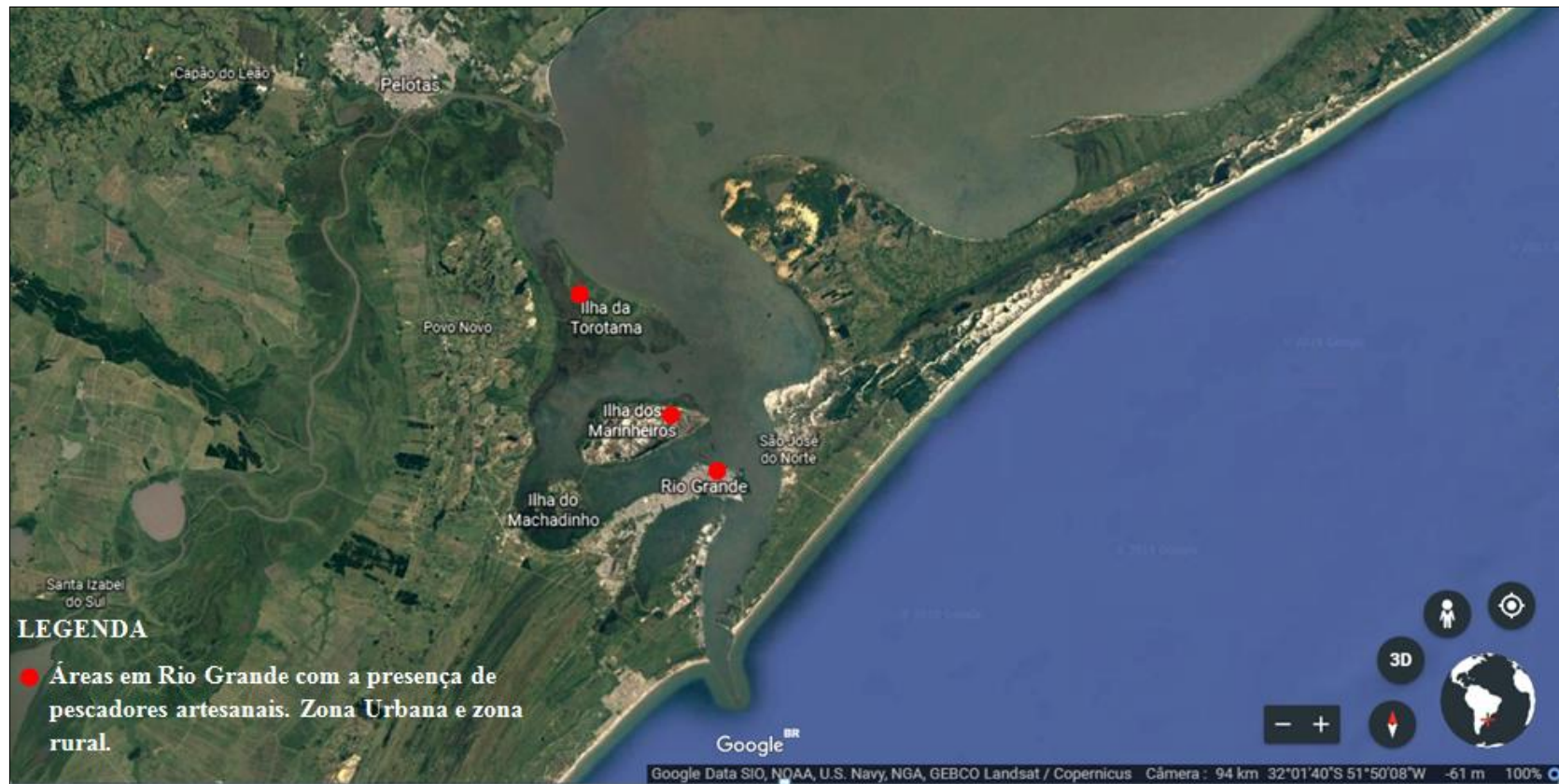
Localidade: _____ N° de moradores Unidade: _____

- 1) Quantas pessoas residem no domicílio?
- 2) Algumas pessoas praticam alguma atividade que não seja a pesca?
- 3) Alguém recebe seguro-defeso?
- 4) Alguém recebe bolsa-família?
- 5) Alguém recebe aposentadoria?
- 6) Alguém recebe pensão?
- 7) Alguém acessou o Pronaf? Em qual ano e com qual finalidade?
- 8) Alguém realiza(ou) empréstimos? Onde?
- 9) Qual o período mais rentável do ano?
- 10) Como o Senhor (a) entende os recursos naturais, como percebe as safras, o aumento e a diminuição das espécies? Porque o Senhor (a) acha que isso acontece e o que pensa sobre isso para o futuro da pesca?

**APÊNDICE C – LISTA DE TRABALHOS SOBRE A TEMÁTICA
DISPONÍVEIS NO REPOSITÓRIO DA FURG ENTRE 2008/2018.**

LISTA DE TRABALHOS SOBRE A TEMÁTICA DISPONÍVEIS NO REPOSITÓRIO DA FURG ENTRE 2008/2018.			
Educação Ambiental FURG			
ANO	TÍTULO	AUTOR	MODALIDADE
2008	As historias que os pescadores não contaram: (...)	Alice Monteiro	Dissertação
2008	SABER LOCAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PARCEIRIAS NECESSÁRIAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO DA MARICULTURA FAMILIAR NA ILHA DOS MARINHEIROS - RIO GRANDE/RS	Cintia Barenho	Dissertação
2009	A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO AMBIENTAL DA ILHA DOS MARINHEIROS (RIO GRANDE/RS): DIÁLOGOS ENTRE A EDCUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA E O GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO	LUCIANA DE LIMA	Dissertação
2011	(...) Memória, pesca artesanal, globalização e educação ambiental no contexto da Laguna dos Patos.	Maicon Bravo	Dissertação
2015	Desencontros legais e morais na pesca artesanal (...)	Janaina Braido	Dissertação
2013	Narrativas e imagens sobre as águas (...)	Caroline de Oliveira	Tese
2013	A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil.	Alessio da Costa	Tese
Gerenciamento costeiro FURG			
2012	CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL DE TAINHA NA COLÔNIA Z3 E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	LUCENI HELLEBRANDT	Dissertação
2016	Análise crítica do processo de licenciamento ambiental da Pesca Artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos – RS	NATÁLIA BARRETO GONÇALVES ROSA	Dissertação
2016	MENSURAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A VULNERABILIDADE AMBIENTAL DE COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS SUJEITAS AOS IMPACTOS DE EMPREENDIMENTOS COSTEIROS.	JÉSSICA FISCHER VERLY DE MORAES	Dissertação
2015	IMPACTO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA RECEITA DA PESCA DO CAMARÃO-ROSA NA LAGOA DOS PATOS, EVIDENCIANDO O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS, BRASIL.	JANAINA MARIA FERREIRA SOARES	Dissertação
2015	A CADEIA DE VALOR DO CAMARÃO ROSA DA PESCA ARTESANAL DA LAGOA DOS PATOS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS	IVANILDA FOSTER ALMEIDA	Dissertação
2017	PARA ALÉM DA GESTÃO DOS RECURSOS: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE A	EDERSON PINTO DA	Dissertação

	REALIDADE DA PESCA ARTESANAL NA LAGOA MIRIM, NO SUL DO BRASIL	SILVA	
2017	BASE ECOSSISTÊMICA DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL: ESTUDO DE CASO NO BAIXO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS (BEP), RS, BRASIL.	JULIET CORRÊA DA COSTA	Dissertação
Aquicultura FURG			
Na pós graduação em aquicultura foi possível pesquisar acerca do cultivo de camarão, especialmente a tecnologia de bioflocos utilizada na EMA. Alguns trabalhos consultados foram:			
2008	Formação de flocos microbianos em cultivo do camarão-rosa <i>Farfantepenaeus paulensis</i> e do camarão-branco <i>Litopenaeus vannamei</i> .	Lise Maria Mendes Holanda de Melo Ferreira	Dissertação
2012	Produção do camarão-rosa <i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> em sistemas com mínima renovação de água	DIOGO LUIZ DE ALCANTARA LOPES	Tese
Biologia de Ambientes aquáticos continentais FURG (teses não consta no banco de dados online da pós-graduação).			
2015	A pesca artesanal da Miragaia (<i>Pogonias cromis</i> , <i>Scieanidae</i>) e consequências da sobreexploração, no estuário da Lagoa dos Patos	Paulo Roberto Santos dos Santos	Dissertação
Oceanografia biológica direciona para o ARGO, onde não é possível fazer a pesquisa por programa.			
Geografia FURG			
2009	A PESCA DO SIRI COMO ADAPTAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS – RS	Éder Leandro Bayer Maier	Dissertação
2012	O PERÍODO DE DEFESO NA MANUTENÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E NA GESTÃO DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE - RS	MARIA CAROLINA DOLLO CONTATO	Dissertação
2013	A CULTURA DA PESCA ARTESANAL DE BOTE NA COMUNIDADE DA BARRA EM RIO GRANDE/RS	GISELE DE MARIA SANTANA	Dissertação
2014	DRAGAGENS NO PORTO DO RIO GRANDE UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS E CONFLITOS DE USO	DÉBORA BONDAN DE OLIVEIRA	Dissertação
2015	AS RELAÇÕES ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: Um estudo de caso sobre o PRONAF, PAA e PNAE no município de Cerrito/RS	JULIANA LIMA FAGUNDES	Dissertação
2012	AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE PESCADO EM RIO GRANDERS	MARCO ANTÔNIO DA GAMA RENNER	Dissertação
2015	RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA ILHA DOS MARINHEIROS, RIO GRANDE (RS)	Neide da Silva Cunha	Dissertação

ANEXO 1**IMAGENS DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PESCADORES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE NA ZONA RURAL E URBANA**

ANEXO 2

IMAGENS DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PESCADORES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE NA ZONA RURAL E URBANA



ANEXO 3

IMAGENS DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PESCADORES NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE NA ZONA RURAL E URBANA

